

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO

90016/2026

CONTRATANTE (UASG)

980147 – Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC

OBJETO

Registro de Preços, sob demanda, para Contratação de empresa especializada em fornecimento de gênero alimentícios, objetivando suprir a necessidade das diversas secretarias públicas municipais: Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbano, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Promoção Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Inovação, Secretaria Municipal de Esporte e Laser, através da Prefeitura de Tarauacá, de acordo com as especificações e quantitativos estimados constantes neste Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 8.918.247,56

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 09/06/2026 às 10:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO.....	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
10. DO TERMO DE CONTRATO	18
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	19
13. DOS RECURSOS.....	20
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	24

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90016/2026

(Processo Administrativo nº 3182/2026)

Torna-se público que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitações - CPL, sediado(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, Tarauacá, AC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preços, sob demanda, para Contratação de empresa especializada em fornecimento de gênero alimentícios, objetivando suprir a necessidade das diversas secretarias públicas municipais: Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbano, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Promoção Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Inovação, Secretaria Municipal de Esporte e Laser, através da Prefeitura de Tarauacá, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para os itens 09, 11, 15, 22 a 28, 30 a 32, 34, 35, 37 a 42, 44, 47 a 62 e 66, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.*

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

- 4.1. *O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.*
- 4.2. *Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.*
- 4.3. *O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.
- 5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.4.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.4.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.4.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.4.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado

nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase

de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário do item;*

6.1.2 *marca;*

6.1.3 *fabricante e/ou tipo / espécie de fruta;*

Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que

corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,10 (dez centavos)**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 3 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o

Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1 conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. **No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.11.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.11.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela

superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

8.11.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de percentual de 10% a 30 %, salvo se houver justificativa nos autos para suprimir esse acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia digitalizada.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 15 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 30 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.tarauaca.ac.gov.br/licitacoes> e [::Portal das Licitações:: TCE-AC](https://portal.tce-ac.gov.br).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 Fraudar a licitação;

14.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 Advertência;

14.2.2 Multa;

14.2.3 Impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 14.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: contratacoestk@gmail.com.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem

o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico contratacoestk@gmail.com,
<https://externo.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes/menu/>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 *Anexo I - Termo de Referência;*

16.11.1.1. *Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;*

16.11.2 *Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;*

16.11.3 *Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;*

Tarauacá/AC, 22 de maio de 2026

Jorge da Mata Coelho
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 117/2025

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP

Natureza do Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS, objetivando suprir a necessidade das diversas SECRETARIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA TURISMO E INOVAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LASER.

Prazo de Vigência da Ata de Registro De Preços: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por igual período.

1. DO OBJETO

1.1- Pregão Eletrônico para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS**, objetivando suprir a necessidade das diversas SECRETARIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA TURISMO E INOVAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LASER, através da Prefeitura de Tarauacá, conforme especificações constantes neste Termo de Referência;

2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QUANTIDADE DE CONSUMO	QUANTIDADE DE REGISTRO
01	CARNE BOVINA MOÍDA – da parte dianteira, sem osso, tipo paleta ou acém, sem pelanca, sem gordura,	KG	8.875	10.693

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	sem sebo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, embalada em embalagem plástica transparente atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, sem sujidades e ação de micróbios, apresentando externamente os dados de identificação, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante. PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE ATÉ 05 KG POR EMBALAGEM.			
02	CARNE BOVINA SEM OSSO DE 1ª QUALIDADE - tipo (alcatra, chã de dentro, coxão mole, patinho, lombo), resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. tipo de corte: característico da peça, conforme o padrão descrito na Portaria nº 5 de 8/11/88 e publicada no D.O.U. de 18/11/88, Seção I. O percentual aceitável de sebo/gordura é de 10 (dez) %. Embalada em embalagem plástica transparente atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, sem sujidades e ação de micróbios, apresentando externamente os dados de identificação, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante. PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE ATÉ 05 KG POR EMBALAGEM.	KG	7.918	9.619
03	CARNE BOVINA SEM OSSO DE 2ª QUALIDADE - tipo (acém e coxão duro), resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. Tipo de corte: característico da peça, conforme o padrão descrito na Portaria nº 5 de 8/11/88 e publicada no D.O.U. de 18/11/88, Seção I. Serão adotados os critérios e padrões estabelecidos na Resolução RDC nº.12, 02/01/01, ANVISA/MS, Anexo I, Grupo 5. item a, publicada no D.O.U. Seção I em 10/01/01. O percentual aceitável de sebo/gordura é de 10 (dez) %. Embalada em saco plástico transparente atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, apresentando externamente os dados de identificação, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	4.888	5.820

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE ATÉ 05 KG POR EMBALAGEM.			
04	<p>COSTELA DE CARNE BOVINA - resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. Tipo de corte: característico da peça, conforme o padrão descrito na Portaria nº 5 de 8/11/88 e publicada no D.O.U. de 18/11/88, Seção I. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Serão adotados os critérios e padrões estabelecidos na Resolução RDC nº.12, 02/01/01, ANVISA/MS, Anexo I, Grupo 5. item a, publicada no D.O.U. Seção I em 10/01/01. O percentual aceitável de sebo/gordura é de 10 (dez) %.</p> <p>Embalada em saco plástico transparente atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, apresentando externamente os dados de identificação, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante.</p> <p>PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE ATÉ 05 KG POR EMBALAGEM.</p>	KG	2.540	3.078
05	<p>CARNE DE FRANGO - c/ miúdos e sem tempero (ou qualquer outro produto que altere suas características in natura), congelado (18° a -8°C) com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, textura firme, não amolecido e nem pegajosa, cor própria, sem limosidade e viscosidade, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. A embalagem deverá conter 1kg, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega na Unidade requisitante.</p>	KG	12.388	15.342
06	<p>PEITO DE CARNE DE FRANGO - sem (ou qualquer outro produto que altere suas características in natura), congelado (18° a -8°C) com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, textura firme, não amolecido e nem pegajosa, cor própria, sem limosidade e viscosidade, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. A embalagem deverá conter 1kg, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega na Unidade requisitante.</p>	KG	7.242	8.845
07	CHARQUE BOVINO - a carne de charque	PCT	6.568	8.040

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	"tradicional" deverá ser bovino dianteiro, boa qualidade salgada, curada, seca, de consistência firme, sem excesso de gordura, não deve apresentar odor de ranço, nem depósitos de líquido na embalagem primária, isento de sujidades, parasitas e larvas, devendo se apresentar em perfeito estado de conservação com blocos de consistência firme e com baixo teor de gordura, com a cor, odor e sabor característico. A embalagem primária deve ser à vácuo, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes, cada embalagem deverá apresentar peso líquido de 500G, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 15 DIAS a partir da data de entrega na Unidade requisitante.			
08	LINGUIÇA TIPO CALABRESA - Carne suína pura e limpa, de 1ª qualidade, apresentando-se em gomos uniformes, adicionada de toucinho e condimentos naturais em proporções adequadas ao tipo calabrês submetida ao processo de cura, embalada a vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em embalagens plásticas de 1kg. A embalagem deverá conter 1kg, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante.	KG	4.813	5.863
09	PRESUNTO DE COZIDO - Sem capa de gordura, fatiado no dia da entrega, embalados em bandeja de isopor contendo 1kg, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante.	KG	760	902
10	SALSICHA TIPO VIENA - Apresentando-se em gomos uniformes e padronizados, embalada a vácuo, em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter 1kg, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante.	KG	3.600	4.499
11	OVOS - de galinha, classe A, tipo 3, grande. Produto fresco de ave galinácea, tipo grande, íntegro, sem manchas ou sujidade, cor, odor ou sabor anormais; acondicionado em embalagem apropriada com 12 unidades.	Dúzia	6.120	7.385
12	AÇÚCAR - obtido da cana de açúcar, tipo cristal,	FRD	2.026	2.444

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	com aspecto cor branco, cheiro e sabor próprio, com teor de sacarose mínimo de 98,5%, sem fermentação, isento de sujidades, parasitas e de enxofre, acondicionado em pacote de 01 kg e embalagem secundária plástica resistente com peso líquido de 30 kg o fardo e prazo de validade mínima de 6 meses a partir data de entrega.			
13	ACHOCOLATADO em pó, instantâneo, obtido pela mistura do cacau em pó solúvel, açúcar, maltodextrina, leite em pó e/ou soro, extra, constituído de pó fino e homogêneo, isento de soja ou farinha, sujidades e materiais estranhos, admitindo teor de umidade máxima de 3%. Não contendo glúten. Acondicionado em latas de alumínio ou de folha de flandres, resistente, vedado hermeticamente e limpo sem vestígios de ferrugem, amassadura. Contendo aproximadamente 400g de peso líquido e cx 24x1. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade de no mínimo de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX.	690	818
14	ARROZ, TIPO 1 , sem glúten longo fino constituídos de grãos inteiros isento de sujidades, materiais estranhos e mofos, safra corrente e procedência nacional, embalagem plástica atóxica limpa não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, pacote com 5 Kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar data de fabricação recente e validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade. Farde com 10 unidades.	FRD	5.088	6.167
15	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA OU SIMILAR - de boa qualidade, inteiros, apresentando valor nutricional na porção de 40g (mínimo): 197 kcal/ 32g de carboidrato/ 4g de proteína/ as gorduras totais não podem ultrapassar mais que 5g. Peso líquido de 400g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto e data de validade. Embalagem secundária saco plástico transparente 3x1, hermeticamente vedado. Período de Validade de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega. Caixa com 24 Unidades.	CX	499	5955
16	BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA OU SIMILAR - (sabor Leite), Ingredientes: Farinha de trigo, amido de milho, gordura vegetal, açúcar, açúcar invertido, sal, lecitina de soja, bicarbonato de amônia e sódio, aroma de leite e ferro, aromatizante artificial,	CX	557	674

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	contendo glúten. Apresentando Valor Nutricional na porção de 40g (mínimo): 130 kcal/ 30g de Carboidrato/ 2g de Proteína/ As gorduras Totais não podem ultrapassar mais que 1g. Peso líquido de 400g. Embalagem: saco plástico transparente, hermeticamente vedado. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Caixa com 24 unidades.			
17	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACK OU SIMILAR - Tipo água e sal, com os seguintes ingredientes: Farinha de Trigo enriquecida com Ferro e Ácido Fólico, Gordura Vegetal, Açúcar invertido, Açúcar, Sal, Lecitina de soja, Aromatizante, Fermento Fresco, Bicarbonato de Sódio e Glúten. Apresentando Valor Nutricional na porção de 40g (mínimo): 160 kcal/ 20g de Carboidrato/ 2,5g de Proteína/ As gorduras Totais não podem ultrapassar mais que 2g. Peso líquido de 400g. Embalagem: saco plástico transparente, hermeticamente vedado. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Caixa com 24 Unidades.	CX	865	1.093
18	CARNE BOVINA EM CONSERVA desfiada lata c/ 320g e caixa com 24 unidades. A embalagem deverá está vedado hermeticamente e limpo sem vestígios de ferrugem, amassadura, contendo externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto de 320g. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade.	CX	551	670
19	CAFÉ MOÍDO E TORRADO - café em pó torrado e moído, embalagem plástica ou laminada, comum e vedada. Pacotes com 250g provenientes de grãos limpos e sãos. Externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricionais número de lote e data de fabricação. A validade mínima deve ser de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Fardos com 20 pacotes de 250g.	FRD	8.645	10.557
20	CEREAL DE ARROZ - tipo instantâneo, produto à base de arroz pré-cozido, adicionado de vitaminas e sais minerais, em pó, acondicionado em lata sem ferrugem, não amassadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo hermeticamente fechados. Embalagem com 400g e caixa com 24 unidades. A embalagem deverá conter	CX	321	407

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.			
21	CEREAL DE MILHO – tipo instantâneo produto à base de milho pré-cozido, adicionado de vitaminas e sais minerais, em pó, acondicionado em lata sem ferrugem, não amassadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo hermeticamente fechados. Embalagem com 400g e caixa com 24 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX	321	407
22	COLORAU - condimento em pó, cor avermelhada; embalagem com peso líquido de 500g, embalado em saco transparente hermeticamente vedado, apresentando valor nutricional (máximo) de 165mg de sódio Deverá conter a validade mínima de 06 meses, com dizeres de rotulagem, data de fabricação.	PCT	607	740
23	CREME DE LEITE UHT ; Integral, homogeneizado. À base de matéria-prima animal. Acondicionado em embalagem primária do tipo tetrapack com 200 gramas e embalagem secundária de papelão contendo 27 unidades. Sem necessidade de refrigeração. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade do produto e rotulagem de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 06 (seis) meses a contar da data de entrega na unidade requisitante.	CX	464	562
24	EXTRATO DE TOMATE – tradicional e peneirado s/ sementes e corantes artificiais. Embalagem contendo 190g e caixa com 12 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX	437	522
25	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO – Tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico, 100% pura de excelente qualidade, pó branco, fino e de fácil escoamento, não devendo estar empedrado e isento de sujidades. Deve estar solta e seca na embalagem, cor uniforme. Embalada em sacos transparentes de 1 kg, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência,	KG	850	997

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. tipo Dona Beta, Sol ou similar.			
26	FARINHA DE MANDIOCA - Fina, branca, crua, embalada em pacotes plásticos, Transparentes, limpos, não violados, resistentes, acondicionados em fardos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega.	LT	5.905	7.213
27	FEIJÃO CARIOQUINHA TIPO 1 - Classe carioquinha, em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Pacote 1kg. Fardo contendo 10 kg.	FRD	650	760
28	FEIJÃO PRETO TIPO 1 - em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Pacote 1kg. Fardo contendo 10 kg.	FRD	487	582
29	FLOCOS DE MILHO -pré - cozido, amarelo, enriquecido de ferro e ácido fólico, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem de 500g pacote e fardo com 24 pacotes não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	FRD	1.021	1.176
30	MACARRÃO SEMOLADO, TIPO ESPAGUETE Nº 08, SEM OVOS - produto não fermentado obtido pelo amassamento mecânico de farinha de trigo comum e/ou sêmola/semolina. Fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, sujidades, parasitos, larvas, fungos e gorgulho. O macarrão ao ser colocado na água não deverá turvá-la antes da cocção e não poderá	FRD	667	771

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	apresentar-se fermentado ou rançoso. Apresentando cor (cozida): creme claro, sabor e odor próprios de massa cozida e consistência macia. Com rendimento mínimo após o cozimento de 02 (duas) vezes a mais do peso antes da cocção. Embalagem. Em sacos plásticos. Fardo de 10kg com 20 unidade cada com 500g.			
31	MILHO PARA PIPOCA – Milho seco processado em grãos crus, inteiros, para o preparo pipoca, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados em saco plástico resistente. A embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano. Pct com 500g.	PCT	1.035	.1303
32	MILHO AMARELO PARA MUNGUNZÁ – Milho seco processado em grãos crus, inteiros, para o preparo de mungunzá, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados em saco plástico resistente. A embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano. Pct com 500g.	PCT	867	1.071
33	ÓLEO DE SOJA - tipo I, refinado, vitaminado e sem colesterol, puro, cor clara, sem cheiro, rico em: poliinsaturados, ômega 3 e ômega 6. Peso Líquido 900ml. Embalagem: Garrafa Plástica (tipo Pet) contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro). Período de validade de no mínimo 04 (quatro) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Caixa com 24x1.	CX.	573	728
34	PIMENTA DO REINO – Moída, pacote com 50g.	PCT	710	873
35	SAL - Comum, com sódio, iodado em embalagem primária de 1 Kg, granulação uniforme, acondicionado em sacos plásticos resistentes e vedados. Externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote e data de fabricação. A Validade mínima deve ser de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Fardo contendo 10 kg.	FRD	283	340
36	SARDINHA EM CONSERVA - preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido. Imersa em óleo comestível. Acondicionado em recipiente de folha de flandres íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo aproximadamente 125g de peso líquido drenado e cx. 50x1. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX	461	562

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

37	SELETA DE LEGUMES EM CONSERVA - sem conservantes, enlatada, com grãos de cenoura, batata, ervilhas, milho verde, água e sal. Peso líquido 300g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Caixa com 24x1.	CX.	300	371
38	TEMPERO COMPLETO DE ALHO, SAL, CEBOLA – Concentrado de Ingredientes básicos: sal, alho, cebola, óleo vegetal, embalagem plástica, com dizeres de rotulagem, contendo informações dos ingredientes, data de fabricação. Registro no MS produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. De acordo com a rdc nº276/2005. Embalagem 300g.caixa com 24 unidades.	CX	534	666
39	VINAGRE – tipo de alcool, embalagem plástica de 750 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Caixa com 12 unidades.	CX	394	489
40	SUCO CONCENTRADO (SABOR MARACUJÁ) - Pasteurizado, sem corantes artificiais, com conservação fora de refrigeração, vitaminado ou com vitaminas e/ou sais minerais. Embalagem deverá ser em garrafas de vidro ou pet com informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Embalagem de 500ml e caixa com 12 garrafas. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX.	579	686
41	SUCO CONCENTRADO INDUSTRIALIZADO (SABOR CAJU) . Pasteurizado, sem corantes artificiais, com conservação fora de refrigeração, vitaminado ou com vitaminas e/ou sais minerais. Embalagem deverá ser em garrafas de vidro ou pet com informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Embalagem de 500ml e caixa com 12 garrafas. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX.	584	692
42	LEITE CONDENSADO - obtido pela desidratação do leite, adicionado de sacarose ou glicose, embalado em lata limpas, isenta de ferrugem, não amassada, não estufada, resistente, que garanta a integridade do produto, até o momento do consumo ou em embalagem longa vida. A embalagem deverá conter 395g e caixa com 24 unidades externamente os dados de identificação, procedência, informações	CX	451	521

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.			
43	LEITE EM PÓ - integral, instantâneo, enriquecido com vitaminas: ferro e ácido fólico contendo no mínimo 26% de gorduras, embalado em latas de folha de flandres, isentas de ferrugem não amassadas ou em embalagens plástica ou laminada, comum e vedada, contendo 400g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Fardo contendo 25 pct de 400g.	FRD	690	843
44	LEITE PASTEURIZADO - tipo "B" integral homogeneizado. Teor de gorduras de 3%. Embalagem contendo 1 litro, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 04 dias, a partir da data de entrega na unidade requisitante.	LT	5.170	6.403
45	FORMULA INFANTIL 0 a 06 meses – embalagem com 800g. Ingredientes: soro de leite desmineralizado, leite desnatado, maltodextrina, oleína de palma, galacto-oligossacarídeos, óleo de palmiste, óleo de canola com baixo teor erúico, óleo de milho, minerais (citrato de cálcio, cloreto de magnésio, cloreto de sódio, fosfato de sódio dibásico, cloreto de potássio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, citrato de potássio, sulfato de manganês, iodeto de potássio, selenato de sódio), fruto-oligossacarídeos, vitaminas (L- ascorbato de sódio, mio-inositol, acetato de DL-a-tocoferila, nicotinamida, D-pantotenato de cálcio, tiamina mononitrato, acetato de retinila, cloridrato de piridoxina, riboflavina, ácido N-pterol-L-glutâmico, filoquinona, D-biotina, colecalciferol e cianocobalamina), taurina, L-carnitina, emulsificante lecitina de soja e reguladores de acidez hidróxido de potássio e ácido cítrico. Similar a marca APTAMIL, NAN, NESTOGENO. Caixa com 12 unidades.	CX	100	127
46	MANTEIGA - Lata Média, com óleo animal de 1ª qualidade, cor, sabor e odor característicos. Embalada em latas limpas, não amassadas ou violadas resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, embalagem contendo 500g e caixa com 12 unidades.	CX	474	566
47	QUEIJO MUSSARELA – 1ª qualidade, a		755	901

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	embalagem original deve ser a vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Fatiado em lâminas de 30g e embalados com 2Kg.	KG		
48	BANANA COMPRIDA - tipo extra, verdosa, em pencas, tamanho e coloração uniformes, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Devem estar firmes, frescas. Não devem estar machucadas, perfuradas ou muito maduras. Devem ser adquiridas na época da safra. Validade de 05 (cinco) dias.	KG	2.015	2.463
49	LARANJA - Unidade de tamanho médio. Devem estar firmes, frescas, produto de 1ª qualidade, casca livre de fungos, lisa e íntegra com maturação natural, com brilho e livre de bolores. Não devem estar machucados, perfurados ou muito maduros. Devem ser adquiridos na época da safra. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo. Validade de 04 (quatro) dias.	KG	2.435	2.996
50	MAÇÃ - Unidade de tamanho médio. Devem estar firmes, frescas, produto de 1ª qualidade, casca livre de fungos, lisa e íntegra com maturação natural, com brilho e livre de bolores. Não devem estar machucados, perfurados ou muito maduros. Devem ser adquiridos na época da safra. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo. Validade de 04 (quatro) dias.	KG	2.300	2.841
51	TANGERINA - Tipo comum ou poncan. Unidades de tamanho médio. Devem estar firmes, frescas, produto de 1ª qualidade, casca livre de fungos, lisa e íntegra com maturação natural, com brilho e livre de bolores. Não devem estar machucados, perfurados ou muito maduros. Devem ser adquiridos na época da safra. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo. Validade de 04 (quatro) dias.	KG	1.820	2.234
52	ALHO - condimento, bulbo inteiro aspecto físico em cabeça, tipo branco, uso culinário, nacional, boa qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isento de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionado	KG	1.215	1.473

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUCÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	em sacos plásticos pesando 1 kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses apartir da data de entrega na unidade requisitante.			
53	BATATA INGLESA – seca adequadamente sem umidade exterior, firmes, não germinadas, não apresentando cortes, fissuras, colorações e manchas verdes, cinzentas, azuis, negras ou de ferrugem. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem imprópria para consumo.	KG	1.990	2.353
54	CEBOLA EM CABEÇA - Limpas, sem umidade exterior, firmes, não germinadas, não apresentando cortes, fissuras, colorações e manchas verdes, cinzentas, azuis, negras ou de ferrugem. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo.	KG	1.800	2.200
55	CENOURA - seca adequadamente sem umidade exterior, firmes, não germinadas, não apresentando cortes, fissuras, colorações e manchas verdes, cinzentas, azuis, negras ou de ferrugem. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo.	KG	1.770	2.134
56	CHEIRO VERDE - Consiste em uma mistura de cebola de palha, chicória, couve ecoentro em perfeito estado de consumo.	MAÇO	2.130	2.555
57	MACAXEIRA - Limpa adequadamente sem umidade exterior, firmes, não germinadas, não apresentando cortes, fissuras, colorações e manchas verdes, cinzentas, azuis, negras ou de ferrugem. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo.	KG	2.400	2.951
58	PEPINO - de produto de 1ª qualidade, casca livre de fungos, sem perfurações, tamanho médio.	KG	1.390	1.685
59	TOMATE - seco adequadamente sem umidade exterior, firmes, não germinadas, não apresentando cortes, fissuras, colorações e manchas verdes, cinzentas, azuis, negras ou de ferrugem. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo.	KG	.1.370	1.656
60	PÃO MASSA FINA - pesando aproximadamente 50g por unidade; validade mínima 06 dias a contar da data de entrega; produto sujeito à verificação no ato da entrega. Embalagem: saco plástico transparente, resistente e atóxico, hermeticamente vedado, de forma que o produto seja entregue íntegro contendo 30	UND	23.400	27.880

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	(trinta) unidades por embalagem com o rótulo contendo a identificação da empresa e telefone, nome do produto, peso e prazo de validade.			
61	PÃO DE FORMA - apresentando a superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente. Peça fatiada. Embalagem de saco polietileno atóxico, com peso a partir de 400 gramas, contendo data de fabricação, validade e dados do fornecedor.	PCT	4.870	5.947
62	PÃO TIPO FRANCÊS . Com adição de sal composto de farinha de trigo especial, água, sal, e fermento químico. Deverão ser acondicionadas em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente de forma que o produto seja entregue íntegro.	UND	17.300	20.888
63	PANETONE - Panetones com frutas cristalizadas e uvas passas composto de: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, frutas cristalizadas, uvas-passas, fermento natural, açúcar cristal, gema, gordura vegetal, manteiga, açúcar invertido, leite em pó integral, extrato de malte, sal, fibra alimentar, emulsificantes mono e diglicerídeos de ácidos graxos, aroma artificial de frutas, conservantes ácido sórbico e propionato de cálcio, antioxidante ácido ascórbico e acidulante ácido cítrico, livre de gorduras trans. Validade mínima de 04 meses na data da entrega, embalados em caixas personalizadas, embalagem primária plástica, hermeticamente fechada e atóxica. Deve obedecer ao Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados. Tabela Nutricional. Quando qualquer Informação Nutricional Complementar for utilizada, deve atender ao Regulamento Técnico específico. Deve obedecer à legislação específica de rotulagem para alimentos industrializados que contêm glúten. Com peso líquido de no mínimo 400 gramas. Em uma caixa de 400g fácil de abrir, ele vai adoçar e alegrar o paladar da família toda. Cx contendo 18 unidades de 400g.	CX	5.501	6.221
64	BISTECA DE CARNE BOVINA - resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. Tipo de corte: característico da peça, conforme o padrão descrito na Portaria n° 5 de 8/11/88 e publicada no D.O.U. de 18/11/88, Seção I. O percentual aceitável de sebo/gordura é de 10 (dez) %. Embalada em saco plástico transparente atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, apresentando externamente os dados de identificação, data de validade, quantidade do produto, número do registro do Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante. PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE ATÉ 05 KG POR EMBALAGEM.	KG	3.750	4.200

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

65	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA E SOBRECOXA - Sem tempero lou qualquer outro produto que altere suas características in natura), congelado (18° a -8C) com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, textura firme, não amolecido e nem pegajosa, cor própria, sem limosidade e viscosidade, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos larvas. A embalagem deverá conter lkg.apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade minima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	3.750	4.200
66	COMPLEMENTO ALIMENTAR — Suplemento nutricional para crianças, rico vitaminas e minerais. Ingredientes: Leite desnatado, Maltodextrina, Frutooligosacarídeos, Inulina, Minerais: Magnésio (Carbonato de magnésio), Cálcio (Carbonato ""de cálcio), Ferro (Pirofosfato ferrico), Zinco (Sulfato de zinco), Manganês (Sulfato de manganês) e Cobre (Sulfato de cobre), Vitaminas: Vitamina C (L-ascorbato de sódio), Inositol (Mio. inositol), Niacina (Nicotinamida), Vitamina E (Acetato de DL- α -tocoferila), Ácido pantotênico (D-pantotenato de cálcio), Vitamina B1 (Tiamina mononitrato), Vitamina B6 (Cloridrato de piridoxina), Vitamina A (Acetato de retinila), Vitamina B2 (Riboflavina), Ácido fólico (Ácido) N-pteróil-L-Vitamina (D-biotina), Biotina (Filoquinona), K Vitamina glutâmico)D (Calecalciferol), Vitamina B12 (Cianocobalamina), Emulsificante lecitina de soja, Aromatizante. Contem lactose e glúten e pode ser consumido por via oral ou por sondas. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, modo de preparo, número do lote, data de validade quantidade do produto e número do registro. O produto deve apresentar validade minima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Similar a marca nestle, nos sabores baunilha, chocolate e morango.	CX	35	42

2.1 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.2 - Os materiais a serem adquiridos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUCÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E QUANTITATIVO

3.1- CONSIDERANDO a **Necessidade Identificada no DFD**, e a inovação da NLLC, em atendimento ao Art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/21, a instauração do presente processo se faz necessário, objetivando suprir a necessidade das diversas SECRETARIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES.

3.2- O fornecimento de gêneros alimentícios é crucial para atender a diferentes unidades da Prefeitura Municipal, especialmente em áreas como eventos comunitários, promoção social e calamidades públicas. As Secretarias necessitam de uma alimentação adequada para o bom funcionamento de suas atividades, seja para a realização de eventos como o Dia das Mães, Dia das Crianças, ações itinerantes promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, ou para atender programas de assistência à população em situação de vulnerabilidade social.

3.3- Os gêneros alimentícios desempenham papel fundamental no atendimento das necessidades alimentares da população e na execução de atividades administrativas diárias. A qualidade e regularidade do fornecimento são essenciais para a manutenção das atividades de diversas secretarias, que dependem desses recursos para garantir a continuidade de suas operações, como nas ações de promoção social, no atendimento a emergências, e em programas destinados à população em situação de vulnerabilidade, como o CRAS, CREAS, Abrigo Municipal Renascer, e os programas Auxílio Brasil e Lar Novo Hamburgo.

3.4- A contratação de gêneros alimentícios adequados e de qualidade é essencial para que a Prefeitura cumpra de maneira eficiente suas obrigações sociais e administrativas. O fornecimento regular de alimentos para unidades de saúde, programas de assistência social e ações de emergência, como em situações de enchentes, não só garante o atendimento adequado às necessidades básicas de nutrição da população, mas também contribui diretamente para o fortalecimento da segurança alimentar e nutrição. Além disso, essa ação é um pilar fundamental para a promoção do bem-estar social, assegurando a saúde, a educação e a dignidade dos cidadãos, e ajudando a Prefeitura a atingir suas metas de inclusão e redução das desigualdades sociais, especialmente entre as camadas mais vulneráveis da população.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3.5- O fornecimento contínuo e adequado de alimentos é um elemento fundamental para o bom andamento das atividades da Prefeitura, sendo essencial para garantir a eficiência no atendimento a servidores e assistidos. A alimentação adequada é indispensável para a realização de eventos comunitários e programas sociais, promovendo a integração e o bem-estar da população. Além disso, a garantia do fornecimento de alimentos para unidades de saúde e programas de assistência social assegura que essas instituições desempenhem suas funções essenciais com qualidade, proporcionando condições adequadas para o cuidado dos pacientes, o aprendizado de atividades socioeducativas e o suporte às famílias em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, o fornecimento de alimentos não apenas sustenta as operações diárias da Prefeitura, mas também fortalece os programas de promoção da saúde, assistência social e eventos comunitários.

3.6- A disponibilidade de gêneros alimentícios de qualidade é fundamental para assegurar que as Secretarias possam atender as necessidades da população, especialmente em momentos críticos, como em ações de emergência, calamidades públicas, ou em programas de distribuição de cestas básicas durante enchentes que ocorrem anualmente, ou em ações itinerantes promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação.

3.7- A disponibilização de gêneros alimentícios de qualidade e em quantidade adequada não só atende às necessidades básicas de nutrição da população, como também é um pilar fundamental para a promoção social. Ao garantir o fornecimento contínuo de alimentos em unidades de saúde, programas de assistência social e durante ações emergenciais, a Prefeitura cumpre sua responsabilidade de promover o bem-estar social, além de contribuir para a inclusão e dignidade da população em situação de vulnerabilidade. O acesso a alimentos de qualidade é essencial para o desenvolvimento humano, o fortalecimento da cidadania e o combate à desigualdade social, promovendo a igualdade de oportunidades e a segurança alimentar das famílias atendidas pelos programas municipais.

3.8- A ausência de gêneros alimentícios pode gerar sérios impactos na execução das atividades das Secretarias e no atendimento à população, o que prejudicaria o andamento de serviços essenciais. Portanto, a contratação imediata de fornecedor especializado é imprescindível para garantir o funcionamento contínuo das atividades administrativas e sociais da Prefeitura.

3.9 - De acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a política de compras públicas do Município, este procedimento licitatório buscará ampliar a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas compras governamentais, garantindo a democratização do acesso às aquisições públicas e o fomento à economia local.

3.10- A centralização da compra de gêneros alimentícios permite à Prefeitura otimizar os recursos públicos, aumentar o poder de compra e obter melhores preços, devido à economia de escala. A

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

realização de um procedimento licitatório único para a aquisição de gêneros alimentícios para todas as Secretarias proporciona mais eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos.

3.11- Em razão do estoque atual insuficiente no Almoxarifado da Prefeitura, torna-se urgente a aquisição de gêneros alimentícios. Não existe Ata de Registro de Preços vigente que atenda a essa necessidade, o que impossibilita a contratação através de processo simplificado. Diante disso, a contratação direta por meio de pregão se faz necessária para garantir o atendimento contínuo das demandas emergenciais.

3.12- Desta forma, através de aquisições centralizadas, que proporcionam a junção dos quantitativos estimados neste Termo de Referência, haverá um aumento no poder de compra da Administração, possibilitando uma maior economia em escala dos produtos objeto deste certame.

3.11 - Ressalte-se que, diante da política instituída no âmbito do Município, este registro de preços proporciona e amplia o acesso das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais às compras governamentais.

3.12- Desta forma, através de aquisições centralizadas, que proporcionam a junção dos quantitativos estimados neste Termo de Referência, haverá um aumento no poder de compra da Administração, possibilitando uma maior economia em escala dos produtos objeto deste certame.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Itens	Descrição	Apresentação	Sec. Administração		Sec. de Agricultura		Sec. Cultura		Sec. de Educação		Sec. Esporte		Sec. Meio Ambiente		Sec. Obras		Sec. Promoção Social		Sec. Saúde		Quant. total para consumo	Quant. total para Registro
			Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro		
1	CARNE BOVINA MOÍDA – da parte dianteira, sem osso, tipo paleta ou acém, sem pelanca, sem gordura, sem sebo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, embalada em embalagem plástica transparente atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, sem sujidades e ação de micróbios, apresentando externamente os dados de identificação, data de validade, quantidade do produto, número do registro	KG	180	234	50	55	25	30	700	910	500	600	00	00	720	864	3.900	5.000	2.800	3.000	8.875	10.693



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante. PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE ATÉ 05 KG POR EMBALAGEM.																					
2	CARNE BOVINA SEM OSSO DE 1ª QUALIDADE - tipo (alcatra, chã de dentro, coxão mole, patinho, lombo), resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. tipo de corte: característico da peça, conforme o padrão descrito na Portaria nº 5 de 8/11/88 e publicada no D.O.U. de 18/11/88, Seção I. O percentual aceitável de sebo/gordura é de 10 (dez) %. Embalada em embalagem plástica transparente atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, sem sujidades e ação de micróbios, apresentando externamente os dados de identificação, data de validade, quantidade do produto, número do registro	KG	1.200	1.440	50	55	08	10	700	910	500	600	00	00	1.020	1.224	2.600	3.380	1.840	2.000	7.918	9.619



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante. PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE ATÉ 05 KG POR EMBALAGEM.																					
3	CARNE BOVINA SEM OSSO DE 2ª QUALIDADE - tipo (acém e coxão duro), resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. Tipo de corte: característico da peça, conforme o padrão descrito na Portaria nº 5 de 8/11/88 e publicada no D.O.U. de 18/11/88, Seção I. Serão adotados os critérios e padrões estabelecidos na Resolução RDC nº.12, 02/01/01, ANVISA/MS, Anexo I, Grupo 5. item a, publicada no D.O.U. Seção I em 10/01/01. O percentual aceitável de sebo/gordura é de 10 (dez) %. Embalada em saco plástico transparente atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, apresentando externamente os dados de identificação,	KG	150	195	50	55	08	10	00	00	500	600	00	00	840	1.010	1.500	1.950	1.840	2.000	4.888	5.820



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE ATÉ 05 KG POR EMBALAGEM.																					
4	COSTELA DE CARNE BOVINA - resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. Tipo de corte: característico da peça, conforme o padrão descrito na Portaria nº 5 de 8/11/88 e publicada no D.O.U. de 18/11/88, Seção I. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Serão adotados os critérios e padrões estabelecidos na Resolução RDC nº.12, 02/01/01, ANVISA/MS, Anexo I, Grupo 5. item a, publicada no D.O.U. Seção I em 10/01/01. O percentual aceitável de sebo/gordura é de 10 (dez) %. Embalada em saco plástico transparente	KG	80	104	00	00	00	00	00	00	200	240	00	00	720	864	900	1.170	640	700	2.540	3.078

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, apresentando externamente os dados de identificação, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante. PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE ATÉ 05 KG POR EMBALAGEM.																					
5	CARNE DE FRANGO - c/ miúdos e sem tempero (ou qualquer outro produto que altere suas características in natura), congelado (18° a - 8°C) com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, textura firme, não amolecido e nem pegajosa, cor própria, sem limosidade e viscosidade, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. A embalagem deverá conter 1kg, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 12	KG	1.000	1.200	80	85	08	10	350	455	200	400	00	00	960	1.152	7.150	9.200	2.640	3.000	12.388	15.342



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	(doze) meses a partir da data de entrega na Unidade requisitante.																					
6	PEITO DE CARNE DE FRANGO - sem (ou qualquer outro produto que altere sua características in natura), congelado (18° a - 8°C) com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, textura firme, não amolecido e nem pegajosa, cor própria, sem limosidade e viscosidade, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. A embalagem deverá conter 1kg, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega na Unidade requisitante.	KG	1.000	1.200	100	110	15	18	210	273	150	180	00	00	720	864	3.250	4.200	1.800	2.000	7.242	8.845
7	CHARQUE BOVINO - a carne de charque "tradicional" deverá ser bovino dianteiro, boa qualidade salgada, curada, seca, de consistência firme, sem excesso de gordura, não deve apresentar odor de ranço, nem depósitos de líquido na embalagem primária, isento de sujidades, parasitas e larvas, devendo se apresentar em perfeito estado	PCT	500	650	60	65	18	24	210	273	100	120	00	00	840	1.008	3.000	3.900	1.840	2.000	6.568	8.040

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	de conservação com blocos de consistência firme e com baixo teor de gordura, com a cor, odor e sabor característico. A embalagem primária deve ser à vácuo, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes, cada embalagem deverá apresentar peso líquido de 500G, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 15 DIAS a partir da data de entrega na Unidade requisitante.																					
8	LINGÜIÇA TIPO CALABRESA - Carne suína pura e limpa, de 1ª qualidade, apresentando-se em gomos uniformes, adicionada de toucinho e condimentos naturais em proporções adequadas ao tipo calabrês submetida ao processo de cura, embalada a vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em embalagens plásticas de 1kg. A embalagem deverá conter 1kg, apresentando data de fabricação e validade	KG	200	220	50	55	13	16	00	00	90	108	00	00	720	864	2.340	3.000	1.400	1.600	4.813	5.863

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante.																						
9	PRESUNTO DE COZIDO - Sem capa de gordura, fatiado no dia da entrega, embalados em bandeja de isopor contendo 1kg, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante.	KG	100	120	00	00	10	12	00	00	60	72	00	00	240	288	150	190	200	220	760	902	
10	SALSICHA TIPO VIENA - Apresentando-se em gomos uniformes e padronizados, embalada a vácuo, em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter 1kg, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante.	KG	300	330	00	00	10	12	210	273	90	108	00	00	480	576	2.000	2.600	510	600	3.600	4.499	

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

11	OVOS - de galinha, classe A, tipo 3, grande. Produto fresco de ave galinácea, tipo grande, íntegro, sem manchas ou sujidade, cor, odor ou sabor anormais; acondicionado em embalagem apropriada com 12 unidades.	DUZIA	300	330	20	25	40	45	210	273	150	180	00	00	360	432	2.400	3.100	2.640	3.000	6.120	7.385
12	AÇÚCAR - obtido da cana de açúcar, tipo cristal, com aspecto cor branco, cheiro e sabor próprio, com teor de sacarose mínimo de 98,5%, sem fermentação, isento de sujidades, parasitas e de enxofre, acondicionado em pacote de 01 kg e embalagem secundária plástica resistente com peso líquido de 30 kg o fardo e prazo de validade mínima de 6 meses a partir data de entrega.	FRD	1.000	1.200	05	06	04	06	77	100	90	108	80	100	120	144	350	450	300	330	2.026	2.444
13	ACHOCOLATADO em pó, instantâneo, obtido pela mistura do cacau em pó solúvel, açúcar, maltodextrina, leite em pó e/ou soro, extra, constituído de pó fino e homogêneo, isento de soja ou farinha, sujidades e materiais estranhos, admitindo teor de umidade máxima de 3%. Não contendo glúten. Acondicionado em latas de alumínio ou de folha de flandres, resistente, vedado hermeticamente e limpo sem vestígios de ferrugem, amassadura. Contendo	CX	40	50	03	04	05	07	00	00	100	120	00	00	72	87	150	200	320	350	690	818

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	aproximadamente 400g de peso líquido e cx 24x1. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade de no mínimo de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.																					
14	ARROZ, TIPO 1, sem glúten longo fino constituídos de grãos inteiros isento de sujidades, materiais estranhos e mofos, safra corrente e procedência nacional, embalagem plástica atóxica limpa não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, pacote com 5 Kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar data de fabricação recente e validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade. Farde com 10 unidades.	PCT	150	180	20	25	08	12	80	100	200	240	00	00	300	360	2.500	3.250	1.840	2.000	5.088	6.167



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

15	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA OU SIMILAR - de boa qualidade, inteiros, apresentando valor nutricional na porção de 40g (mínimo): 197 kcal/ 32g de carboidrato/ 4g de proteína/ as gorduras totais não podem ultrapassar mais que 5g. Peso líquido de 400g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto e data de validade. Embalagem secundária saco plástico transparente 3x1, hermeticamente vedado. Período de Validade de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega. Caixa com 24 Unidades.	CX	40	50	03	04	10	13	40	50	20	24	00	00	36	44	150	190	200	220	499	5955
16	BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA OU SIMILAR - (sabor Leite), Ingredientes: Farinha de trigo, amido de milho, gordura vegetal, açúcar, açúcar invertido, sal, lecitina de soja, bicarbonato de amônia e sódio, aroma de leite e ferro, aromatizante artificial, contendo glúten. Apresentando Valor Nutricional na porção de 40g (mínimo): 130 kcal/ 30g de Carboidrato/ 2g de Proteína/ As gorduras Totais não podem ultrapassar mais que	CX	40	50	02	03	10	13	35	45	40	48	04	06	36	44	190	245	200	220	557	674



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	1g. Peso líquido de 400g. Embalagem: saco plástico transparente, hermeticamente vedado. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Caixa com 24 unidades.																					
17	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACK OU SIMILAR - Tipo água e sal, com os seguintes ingredientes: Farinha de Trigo enriquecida com Ferro e Ácido Fólico, Gordura Vegetal, Açúcar invertido, Açúcar, Sal, Lecitina de soja, Aromatizante, Fermento Fresco, Bicarbonato de Sódio e Glúten. Apresentando Valor Nutricional na porção de 40g (mínimo): 160 kcal/ 20g de Carboidrato/ 2,5g de Proteína/ As gorduras Totais não podem ultrapassar mais que 2g. Peso líquido de 400g. Embalagem: saco plástico transparente, hermeticamente vedado. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional,	CX	40	50	02	03	08	11	35	45	40	48	10	12	120	144	450	480	160	200	865	1.093

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Caixa com 24 Unidades.																					
18	CARNE BOVINA EM CONSERVA desfiada lata c/ 320g e caixa com 24 unidades. A embalagem deverá está vedado hermeticamente e limpo sem vestígios de ferrugem, amassadura, contendo externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto de 320g.O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a artir da data de entrega na unidade.	CX	30	40	10	12	04	07	25	30	20	24	00	00	72	87	150	190	240	280	551	670
19	CAFÉ MOÍDO E TORRADO - café em pó torrado e moído, embalagem plástica ou laminada, comum e vedada. Pacotes com 250g provenientes de grãos limpos e sãos. Externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricionais número de lote e data de fabricação. A validade mínima deve ser de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Fardos com 20	PCT	2.000	2.400	10	12	15	19	80	82	20	24	20	30	3.600	4.320	2.500	3.250	400	420	8.645	10.557



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	pacotes de 250g.																					
20	CEREAL DE ARROZ - tipo instantâneo, produto à base de arroz pré-cozido, adicionado de vitaminas e sais minerais, em pó, acondicionado em lata sem ferrugem, não amassadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo hermeticamente fechados. Embalagem com 400g e caixa com 24 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX	30	40	00	00	03	05	00	00	20	24	00	00	48	58	100	130	120	150	321	407
21	CEREAL DE MILHO – tipo instantâneo produto à base de milho pré-cozido, adicionado de vitaminas e sais minerais, em pó, acondicionado em lata sem ferrugem, não amassadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo hermeticamente fechados. Embalagem com 400g e caixa com 24 unidades. A embalagem	CX	30	40	00	00	03	05	00	00	20	24	00	00	48	58	100	130	120	150	321	407

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.																					
22	COLORAU - condimento em pó, cor avermelhada; embalagem com peso líquido de 500g, embalado em saco transparente hermeticamente vedado, apresentando valor nutricional (máximo) de 165mg de sódio Deverá conter a validade mínima de 06 meses, com dizeres de rotulagem, data de fabricação.	PCT	50	60	00	00	08	11	77	100	10	12	00	00	72	87	150	190	240	280	607	740
23	CREME DE LEITE UHT; Integral, homogeneizado. À base de matéria-prima animal. Acondicionado em embalagem primária do tipo tetrapack com 200 gramas e embalagem secundária de papelão contendo 27 unidades. Sem necessidade de refrigeração. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade do produto e rotulagem de acordo com a legislação	CX	50	60	20	22	04	06	00	00	10	12	00	00	60	72	120	150	200	240	464	562



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	vigente. Prazo de validade mínimo de 06 (seis) meses a contar da data de entrega na unidade requisitante.																					
24	EXTRATO DE TOMATE – tradicional e peneirado s/ sementes e corantes artificiais. Embalagem contendo 190g e caixa com 12 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX	50	60	00	00	04	06	08	10	10	12	00	00	120	144	85	110	160	180	437	522
25	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO – Tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico, 100% pura de excelente qualidade, pó branco, fino e de fácil escoamento, não devendo estar empedrado e isento de sujidades. Deve estar solta e seca na embalagem, cor uniforme. Embalada em sacos transparentes de 1 kg, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade	KG	100	120	00	00	10	13	280	300	50	60	00	00	120	144	170	220	120	140	850	997



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. tipo Dona Beta, Sol ou similar.																					
26	FARINHA DE MANDIOCA - Fina, branca, crua, embalada em pacotes plásticos, Transparentes, limpos, não violados, resistentes, acondicionados em fardos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega.	LT	500	600	100	110	15	18	350	455	200	240	00	00	1.200	1.440	2.500	3.250	1.040	1.100	5.905	7.213
27	FEIJÃO CARIOQUINHA TIPO 1 - Classe carioquinha, em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Pacote 1kg. Fardo contendo 10 kg.	FRD	30	40	03	04	05	08	10	11	100	120	00	00	72	87	150	190	280	300	650	760

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

28	FEIJÃO PRETO TIPO 1 - em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Pacote 1kg. Fardo contendo 10 kg.	FRD	20	24	00	00	05	08	09	10	100	120	00	00	48	58	65	82	240	280	487	582
29	FLOCOS DE MILHO -pré - cozido, amarelo, enriquecido de ferro e ácido fólico, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem de 500g pacote e fardo com 24 pacotes não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega na	FRD	20	24	05	06	10	12	25	30	10	12	06	08	120	144	265	340	560	600	1.021	1.176



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	unidade requisitante.																					
30	MACARRÃO SEMOLADO, TIPO ESPAGUETE Nº 08, SEM OVOS - produto não fermentado obtido pelo amassamento mecânico de farinha de trigo comum e/ou sêmola/semolina. Fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, sujidades, parasitos, larvas, fungos e gorgulho. O macarrão ao ser colocado na água não deverá turvá-la antes da cocção e não poderá apresentar-se fermentado ou rançoso. Apresentando cor (cozida): creme claro, sabor e odor próprios de massa cozida e consistência macia. Com rendimento mínimo após o cozimento de 02 (duas) vezes a mais do peso antes da cocção. Embalagem. Em sacos plásticos. Fardo de 10kg com 20 unidade cada com 500g.	FRD	30	35	00	00	05	07	00	00	10	12	00	00	72	87	370	480	120	150	667	771
31	MILHO PARA PIPOCA- Milho seco processado em grãos crus, inteiros, para o preparo pipoca, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados em saco plástico resistente. A embalagem deve conter a	PCT	100	120	00	00	08	11	77	100	10	12	00	00	00	00	600	780	240	280	1.035	.1303

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	validade de no mínimo 06 a 01 ano. Pct com 500g.																					
32	MILHO AMARELO PARA MUNGUNZÁ – Milho seco processado em grãos crus, inteiros, para o preparo de mungunzá, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados em saco plástico resistente. A embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano. Pct com 500g.	PCT	100	120	00	00	10	13	77	100	20	24	00	00	120	144	300	390	240	280	867	1.071
33	ÓLEO DE SOJA - tipo I, refinado, vitaminado e sem colesterol, puro, cor clara, sem cheiro, rico em: poliinsaturados, ômega 3 e ômega 6. Peso Líquido 900ml. Embalagem: Garrafa Plástica (tipo Pet) contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro). Período de validade de no mínimo 04 (quatro) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Caixa com 24x1.	CX	20	24	08	09	04	06	09	10	20	24	02	03	60	72	400	520	50	60	573	728
34	PIMENTA DO REINO – Moída, pacote com 50g.	PCT	30	36	00	00	00	00	10	11	10	12	00	00	120	144	300	390	240	280	710	873

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

35	SAL - Comum, com sódio, iodado em embalagem primária de 1 Kg, granulação uniforme, acondicionado em sacos plásticos resistentes e vedados. Externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote e data de fabricação. A Validade mínima deve ser de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Fardo contendo 10 kg.	FRD	05	06	02	03	01	02	18	20	30	36	02	03	00	00	25	30	200	240	283	340
36	SARDINHA EM CONSERVA - preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido. Imersa em óleo comestível. Acondicionado em recipiente de folha de flandres íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo aproximadamente 125g de peso líquido drenado e cx. 50x1. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX	10	12	10	12	03	04	18	20	10	12	00	00	60	72	150	190	200	240	461	562
37	SELETA DE LEGUMES EM CONSERVA- sem conservantes, enlatada, com grãos de cenoura, batata,	CX	10	12	00	00	02	04	00	00	10	12	00	00	48	58	130	165	100	120	300	371



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	ervilhas, milho verde, água e sal. Peso líquido 300g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Caixa com 24x1.																					
38	TEMPERO COMPLETO DE ALHO, SAL, CEBOLA – Concentrado de Ingredientes básicos: sal, alho, cebola, óleo vegetal, embalagem plástica, com dizeres de rotulagem, contendo informações dos ingredientes, data de fabricação. Registro no MS produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. De acordo com a rdc nº276/2005. Embalagem 300g.caixa com 24 unidades.	CX	10	12	02	03	01	02	13	14	10	12	00	00	48	58	250	325	200	240	534	666
39	VINAGRE – tipo de alcool, embalagem plástica de 750 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto	CX	10	12	00	00	01	02	10	11	05	06	00	00	48	58	200	260	120	140	394	489

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Caixa com 12 unidades.																					
40	SUCO CONCENTRADO (SABOR MARACUJÁ) - Pasteurizado, sem corantes artificiais, com conservação fora de refrigeração, vitaminado ou com vitaminas e/ou sais minerais. Embalagem deverá ser em garrafas de vidro ou pet com informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Embalagem de 500ml e caixa com 12 garrafas. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX	10	12	00	00	08	10	09	10	10	12	02	04	240	288	100	130	200	220	579	686
41	SUCO CONCENTRADO INDUSTRIALIZADO - (SABOR CAJU). Pasteurizado, sem corantes artificiais, com conservação fora de refrigeração, vitaminado ou com vitaminas e/ou sais minerais. Embalagem deverá ser em garrafas de vidro ou pet com informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Embalagem de 500ml e caixa com 12 garrafas. O produto deverá	CX	10	12	05	06	08	10	09	10	10	12	02	04	240	288	100	130	200	220	584	692



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.																					
42	LEITE CONDENSADO - obtido pela desidratação do leite, adicionado de sacarose ou glicose, embalado em lata limpas, isenta de ferrugem, não amassada, não estufada, resistente, que garanta a integridade do produto, até o momento do consumo ou em embalagem longa vida. A embalagem deverá conter 395g e caixa com 24 unidades externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX	10	12	00	00	06	08	45	50	10	12	00	00	120	144	60	75	200	220	451	521
43	LEITE EM PÓ - integral, instantâneo, enriquecido com vitaminas: ferro e ácido fólico contendo no mínimo 26% de gorduras, embalado em latas de folha de flandres, isentas de ferrugem não amassadas ou em embalagens plástica ou laminada, comum e vedada, contendo 400g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência,	FRD	03	05	07	08	12	15	18	20	20	24	10	12	120	144	260	335	240	280	690	843



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Fardo contendo 25 pct de 400g.																					
44	LEITE PASTEURIZADO - tipo "B" integral homogeneizado. Teor de gorduras de 3%. Embalagem contendo 1 litro, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 04 dias, a partir da data de entrega na unidade requisitante.	LT	500	650	00	00	20	23	190	200	200	240	00	00	1.200	1.440	2.500	3.250	560	600	5.170	6.403
45	FORMULA INFANTIL 0 a 06 meses – embalagem com 800g. Ingredientes: soro de leite desmineralizado, leite desnatado, maltodextrina, oleína de palma, galacto-oligosacarídeos, óleo de palmiste, óleo de canola com	CX	00	00	00	00	00	00	00	00	10	12	00	00	00	00	50	65	40	50	100	127

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	baixo teor erúico, óleo de milho, minerais (citrato de cálcio, cloreto de magnésio, cloreto de sódio, fosfato de sódio dibásico, cloreto de potássio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, citrato de potássio, sulfato de manganês, iodeto de potássio, selenato de sódio), fruto-oligossacarídeos, vitaminas (L- ascorbato de sódio, mio-inositol, acetato de DL-a-tocofetila, nicotinamida, D-pantotenato de cálcio, tiamina mononitrato, acetato de retinila, cloridrato de piridoxina, riboflavina, ácido N-pterol-L-glutâmico, filoquinona, D-biotina, coealciferol e cianocobalamina), taurina, L-carnitina, emulsificante lecitina de soja e reguladores de acidez hidróxido de potássio e ácido cítrico. Similar a marca APTAMIL, NAN, NESTOGENO. Caixa com 12 unidades.																					
46	MANTEIGA - Lata Média, com óleo animal de 1ª qualidade, cor, sabor e odor característicos. Embalada em latas limpas, não amassadas ou violadas resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, embalagem contendo 500g e caixa com 12 unidades.	CX	10	12	05	06	06	08	10	12	10	12	03	04	60	72	250	300	120	140	474	566



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

47	QUEIJO MUSSARELA – 1ª qualidade, a embalagem original deve ser a vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Fatiado em lâminas de 30g e embalados com 2Kg.	KG	100	120	00	00	15	18	00	00	50	60	00	00	240	288	150	195	200	220	755	901
48	BANANA COMPRIDA - tipo extra, verdosa, em pencas, tamanho e coloração uniformes, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Devem estar firmes, frescas. Não devem estar machucadas, perfuradas ou muito maduras. Devem ser adquiridas na época da safra. Validade de 05 (cinco) dias.	KG	10	12	00	00	25	30	10	11	100	120	00	00	600	720	950	1.230	320	340	2.015	2.463

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

49	LARANJA - Unidade de tamanho médio. Devem estar firmes, frescas, produto de 1ª qualidade, casca livre de fungos, lisa e íntegra com maturação natural, com brilho e livre de bolores. Não devem estar machucados, perfurados ou muito maduros. Devem ser adquiridos na época da safra. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo. Validade de 04 (quatro) dias.	KG	300	360	00	00	25	30	50	52	200	240	00	00	720	864	900	1.170	240	280	2.435	2.996
50	MAÇA - Unidade de tamanho médio. Devem estar firmes, frescas, produto de 1ª qualidade, casca livre de fungos, lisa e íntegra com maturação natural, com brilho e livre de bolores. Não devem estar machucados, perfurados ou muito maduros. Devem ser adquiridos na época da safra. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo. Validade de 04 (quatro) dias.	KG	200	240	00	00	30	33	50	52	60	72	00	00	720	864	1.000	1.300	240	280	2.300	2.841
51	TANGERINA - Tipo comum ou poncan. Unidades de tamanho médio. Devem estar firmes, frescas, produto de 1ª qualidade, casca livre de fungos, lisa e íntegra com	KG	100	120	00	00	00	00	50	52	90	108	00	00	720	864	700	910	160	180	1.820	2.234



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	maturação natural, com brilho e livre de bolores. Não devem estar machucados, perfurados ou muito maduros. Devem ser adquiridos na época da safra. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo. Validade de 04 (quatro) dias.																					
52	ALHO - condimento, bulbo inteiro aspecto físico em cabeça, tipo branco, uso culinário, nacional, boa qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isento de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionado em sacos plásticos pesando 1 kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses apartir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	30	36	25	29	10	12	20	22	10	12	00	00	360	432	600	750	160	180	1.215	1.473
53	BATATA INGLESA – seca adequadamente sem umidade exterior, firmes, não	KG	200	220	50	55	00	00	80	100	20	24	00	00	720	864	600	750	320	340	1.990	2.353



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	germinadas, não apresentando cortes, fissuras, colorações e manchas verdes, cinzentas, azuis, negras ou de ferrugem. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem imprópria para consumo.																					
54	CEBOLA EM CABEÇA - Limpas, sem umidade exterior, firmes, não germinadas, não apresentando cortes, fissuras, colorações e manchas verdes, cinzentas, azuis, negras ou de ferrugem. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo.	KG	100	120	50	55	10	13	80	100	40	48	00	00	720	864	600	780	200	220	1.800	2.200
55	CENOURA - seca adequadamente sem umidade exterior, firmes, não germinadas, não apresentando cortes, fissuras, colorações e manchas verdes, cinzentas, azuis, negras ou de ferrugem. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo.	KG	100	120	00	00	00	00	80	100	50	60	00	00	720	864	500	650	320	340	1.770	2.134
56	CHEIRO VERDE - Consiste em uma mistura de cebola de palha, chicória, couve e coentro em perfeito	MAÇO	0	0	00	00	30	35	80	100	100	120	00	00	1.200	1.440	400	520	320	340	2.130	2.555

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	estado de consumo.																					
57	MACAXEIRA - Limpa adequadamente sem umidade exterior, firmes, não germinadas, não apresentando cortes, fissuras, colorações e manchas verdes, cinzentas, azuis, negras ou de ferrugem. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo.	KG	400	500	00	00	10	12	50	55	100	120	00	00	720	864	600	780	600	620	2.400	2.951
58	PEPINO - de produto de 1ª qualidade, casca livre de fungos, sem perfurações, tamanho médio.	KG	100	120	00	00	00	00	10	11	100	120	00	00	720	864	300	390	160	180	1.390	1.685
59	TOMATE - seco adequadamente sem umidade exterior, firmes, não germinadas, não apresentando cortes, fissuras, colorações e manchas verdes, cinzentas, azuis, negras ou de ferrugem. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo.	KG	100	120	00	00	10	12	80	100	100	120	00	00	720	864	200	260	160	180	1.370	1.656
60	PAO MASSA FINA - pesando aproximadamente 50g por unidade; validade mínima 06 dias a contar da data de entrega; produto sujeito à verificação no ato da entrega. Embalagem: saco plástico transparente,	UND	2.000	2.200	00	00	1.000	1.050	4.800	5.000	300	360	100	150	3.600	4.320	10.000	13.000	1.600	1.800	23.400	27.880

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	resistente e atóxico, hermeticamente vedado, de forma que o produto seja entregue íntegro contendo 30 (trinta) unidades por embalagem com o rótulo contendo a identificação da empresa e telefone, nome do produto, peso e prazo de validade.																					
61	PÃO DE FORMA - apresentando a superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente. Peça fatiada. Embalagem de saco polietileno atóxico, com peso a partir de 400 gramas, contendo data de fabricação, validade e dados do fornecedor.	PCT	200	220	00	00	60	65	00	00	150	180	00	00	360	432	2.500	3.250	1.600	1.800	4.870	5.947
62	PÃO TIPO FRANCÊS. Com adição de sal composto de farinha de trigo especial, água, sal, e fermento químico. Deverão ser acondicionadas em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente de forma que o produto seja entregue íntegro.	UND	2.000	2.200	00	00	600	625	1.800	2.000	190	228	00	00	2.400	2.880	7.000	9.100	1.600	1.800	17.300	20.888
63	PANETONE - Panetones com frutas cristalizadas e uvas passas composto de: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, frutas cristalizadas, uvas-passas, fermento natural, açúcar cristal, gema, gordura vegetal, manteiga, açúcar	CX	40	60	00	00	04	06	2.800	3.000	180	216	02	04	1.200	1.440	75	95	1.200	1.400	5.501	6.221



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	invertido, leite em pó integral, extrato de malte, sal, fibra alimentar, emulsificantes mono e diglicerídeos de ácidos graxos, aroma artificial de frutas, conservantes ácido sórbico e propionato de cálcio, antioxidante ácido ascórbico e acidulante ácido cítrico, livre de gorduras trans. Validade mínima de 04 meses na data da entrega, embalados em caixas personalizadas, embalagem primária plástica, hermeticamente fechada e atóxica. Deve obedecer ao Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados. Tabela Nutricional. Quando qualquer Informação Nutricional Complementar for utilizada, deve atender ao Regulamento Técnico específico. Deve obedecer à legislação específica de rotulagem para alimentos industrializados que contêm glúten. Com peso líquido de no mínimo 400 gramas. Em uma caixa de 400g fácil de abrir, ele vai adoçar e alegrar o paladar da família toda. Cx contendo 18 unidades de 400g.																					
64	BISTECA DE CARNE BOVINA - resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa,	KG	100	120	00	00	00	00	00	00	200	240	00	00	00	00	650	840	2.800	3.000	3.750	4.200



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. Tipo de corte: característico da peça, conforme o padrão descrito na Portaria n° 5 de 8/11/88 e publicada no D.O.U.de 18/11/88, Seção I. O percentual aceitável de sebo/gordura é de 10 (dez) %. Embalada em saco plástico transparente atóxico, limpo, não violado																					
65	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA E SOBRECORA - Sem tempero lou qualquer outro produto que altere suas características in natura), congelado (18° a -8C) com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, textura firme, não amolecido e nem pegajosa, cor própria, sem limosidade e viscosidade, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos larvas. A embalagem deverá conter lkg.apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	100	120	00	00	00	00	00	00	200	240	00	00	00	00	650	840	2.800	3.000	3.750	4.200

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

66	COMPLEMENTO ALIMENTAR — Suplemento nutricional para crianças, rico vitaminas e minerais. Ingredientes: Leite desnatado, Maltodextrina, Frutooligosacarídeos, Inulina, Minerais: Magnésio (Carbonato de magnésio), Cálcio (Carbonato de cálcio), Ferro (Pirofosfato férrico), Zinco (Sulfato de zinco), Manganês (Sulfato de manganês) e Cobre (Sulfato de cobre). Vitaminas: Vitamina C (L-ascorbato de sódio), Inositol (Mio. inositol), Niacina (Nicotinamida), Vitamina E (Acetato de DL- α -tocoferila), Ácido pantotênico (D-pantotenato de cálcio), Vitamina B1 (Tiamina mononitrato), Vitamina B6 (Cloridrato de piridoxina), Vitamina A (Acetato de retinila), Vitamina B2 (Riboflavina), Ácido fólico (Ácido N-pteróil-L-Vitamina (D-biotina), Biotina (Filoquinona), K Vitamina glutâmico) D (Calecalciferol), Vitamina B12 (Cianocobalamina), Emulsificante lecitina de soja, Aromatizante. Contém lactose e glúten e pode ser consumido por via oral ou por sondas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e	CX	00	00	00	00	00	00	00	00	10	12	00	00	00	00	25	30	00	00	35	42
----	--	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

procedencia, informacao nutricional, modo de preparo, numero do lote, data de validade quantidade do produto e numero do registro. O produto deverd apresentar validade minima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Similar a marca nestle, nos sabores baunilha, chocolate e morango.																						
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **55** de **80**

3.12- Considerando que a Licitação e as compras governamentais são um importante instrumento de democratização dos bens, obras e serviços públicos vez que torna o fornecimento e a alienação destes objetos, acessíveis a toda sociedade, mediante um procedimento disciplinado por normas que assegurem a igualdade dos participantes.

3.13- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - O Município de Tarauacá, Estado do Acre, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, visa a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios. Esta necessidade decorre das demandas operacionais de diversas secretarias e órgãos municipais, em especial da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, que, ao realizar eventos esportivos e outras atividades comunitárias, requer um fornecimento contínuo e adequado de alimentos para garantir a boa execução dessas ações.

3.13.1- Os eventos promovidos pela Secretaria de Esportes e Lazer, como torneios e competições nas zonas urbana e rural do município, incluindo as áreas do Rio Tarauacá, Rio Murú e BR, são fundamentais para o incentivo à prática esportiva e ao lazer. Durante a realização desses eventos, é imprescindível garantir que todos os envolvidos, como atletas, colaboradores e participantes, tenham acesso a alimentos e bebidas de qualidade. Este fornecimento não apenas assegura o bem-estar físico, mas também contribui diretamente para o bom desempenho das atividades, permitindo que os trabalhadores e participantes mantenham seus níveis de energia e foco ao longo das jornadas.

3.13.2- Além de seu papel essencial nos eventos esportivos, o fornecimento de gêneros alimentícios (Café e Açúcar), também se revela crucial para o dia a dia das diversas unidades organizacionais da Prefeitura de Tarauacá. Diversos setores administrativos, como o INSS, Tributos, Junta Militar, Controladoria, Setor de Comunicação, Gabinete do Prefeito, Secretaria de Planejamento, Gabinete da Vice-Prefeita, Setor Financeiro, CPL, entre outros, necessitam de alimentos para garantir a continuidade dos serviços prestados à população.

3.13.3- A importância da alimentação não se limita apenas ao bem-estar físico, mas também ao incentivo à qualidade de vida e à saúde dos servidores e colaboradores. Garantir acesso a uma alimentação adequada durante eventos ou no contexto diário de trabalho significa zelar pela saúde e

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **56** de **80**

segurança alimentar de cada um, refletindo em uma gestão pública mais eficiente e atenta às necessidades dos seus trabalhadores.

3.13.4- A reposição regular de gêneros alimentícios é, portanto, uma medida estratégica não apenas para a continuidade dos serviços prestados, mas também para garantir que as atividades operacionais, tanto da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer quanto das diversas secretarias e órgãos municipais, se desenvolvam de maneira adequada e sem interrupções. A contratação de uma empresa especializada para o fornecimento desses produtos permitirá um melhor planejamento e organização, assegurando que os recursos necessários estejam sempre disponíveis e adequados às demandas da administração pública.

3.13.5- Portanto, a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios é fundamental para o bom andamento das ações da Prefeitura Municipal de Tarauacá, sendo um investimento direto na qualidade dos serviços prestados, na saúde e no bem-estar dos servidores e na realização bem-sucedida de eventos e atividades essenciais ao município.

3.13.6- Diante disto, segue tabelado o quantitativo de materiais necessários e até mesmo de forma preventiva, para evitar interrupção nos serviços executados.

3.14- Secretaria Municipal de Saúde- O MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, através da Secretaria Municipal de Saúde.

A contratação deste objeto se faz necessário para manter as diversas necessidades desta secretaria em face dos pacientes que são atendidos nas unidades básicas de saúde unidades, Maria Vieira, USF Dezinho, UBS José Leônicio, UBS Porto Marques, UBS Padre Humbert, UBS Francisca da Costa Cabral, UBS Maria da Luz, UBS 24 de Abril, UBS Maria Espanhol, UBS Maria Luiza Fernandes, pelo Município de Tarauacá/AC. A eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de gêneros alimentícios.

Reitero que é de suma importância a disponibilização de produtos de gênero alimentícios para suprir as eventuais necessidades durante as ações de saúde executadas no alto e baixo rio Tarauacá e rio Murú e na BR - 364 sentido Tarauacá - Feijó e sentido Tarauacá - Cruzeiro do Sul.

3.15- Secretaria Municipal de Educação – À Secretaria Municipal de Educação, em por meio desta apresentar a justificativa para a solicitação de gêneros alimentícios a serem utilizados nas comemorações de eventos tradicionais nas escolas municipais, como o Dia das mães e o Dia das Crianças. Estes eventos são momentos especiais de celebração e integração, e a alimentação e uma das

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **57** de **80**

principais formas de proporcionar um ambiente acolhedor e festivo, fundamental para o sucesso dessas ações.

O Dia das Mães e o Dia das Crianças são datas significativas no calendário escolar, que permitem às escolas promoverem uma série de atividades que envolvem a participação ativa das famílias, especialmente das mães, o reconhecimento das crianças, proporcionando um clima de valorização e respeito às figuras centrais da vida dos alunos. Durante essas celebrações, é importante garantir que todos os participantes, sejam alunos, professores, funcionários ou familiares, tenham acesso a uma alimentação adequada, saborosa e, preferencialmente, nutritiva, que contribuirá para a qualidade do evento e para a satisfação geral.

Além de ser um momento de celebração, os eventos têm o objetivo de fortalecer os laços entre a escola e a comunidade, estreitar a relação entre educadores e alunos, além de oferecer um espaço de confraternização e entretenimento, o que promove o desenvolvimento social e emocional das crianças. A alimentação, portanto, assume um papel fundamental, pois ela não só complementa a festividade, mas também se torna uma forma de expressar o cuidado e a dedicação da escola com seus alunos e suas famílias.

É importante ressaltar que, em muitas escolas, a participação nos eventos pode ser o único momento em que as famílias se sentem totalmente integradas ao cotidiano escolar, a oferta de alimentos durante essas comemorações colabora para garantir a inclusão e o bem-estar de todos os envolvidos, independentemente de sua situação socioeconômica.

Portanto, solicitamos a liberação de recursos para aquisição de gêneros alimentícios que viabilizem a realização dessas atividades, como salgados, doces, sucos, bolos, entre outros itens que farão parte das celebrações. Com isso, conseguimos garantir um evento com a qualidade necessária e impacto positivo na comunidade escolar.

Certos de que a Secretaria Municipal de Educação compreenderá a relevância desses momentos para a formação e a vivência dos nossos alunos e suas famílias, agradecemos antecipadamente pela atenção e aguardamos um retorno favorável.

3.16- Secretaria Municipal de Promoção Social – Contratação destes objetos se faz necessária para atender a demandas da Secretária Municipal Promoção Social - SEMPS e das unidades do CRAS, CREAS, Abrigo Municipal Renascer, Programa Auxílio Brasil, Lar Novo Hamburgo, possíveis demandas de calamidade pública ocasionada pela enchente dos Rios que banham o Município, que ocorre anualmente e ações itinerantes promovidas pela Secretaria Municipal de Promoção Social.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **58** de **80**

O **CRAS** (Centro de Referência de Assistência social) constitui um dos principais equipamentos no acesso aos direitos sócio assistenciais. Promove o acolhimento, a convivência e a socialização de famílias e indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social. Entre os serviços estão atividades em grupos, atendimentos individualizados, oferta de serviços ações coletivas e na zona urbana e rural garantidos pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e Serviço de Convivência Fortalecimento de Vínculos - SCFV. Podem ser referenciadas aproximadamente 90 famílias ao CRAS e 199 (cento e noventa e nove) crianças, adolescentes de 03 a 17 anos e 25 idosos acompanhados pelo SCFV. Estes serviços devem acontecer de maneira continuada visando garantir atendimento das pessoas e encaminhamentos para acesso aos seus direitos sócio assistenciais que garante a política de assistência social. Os objetos relacionados neste termo são indispensáveis à execução dos serviços desta unidade. Por esse motivo é essencial o fornecimento de alimentação adequada para essas 199 crianças adolescentes que frequenta as oficinas de música, artesanato, capoeira e futebol ambas oferecidas pelo CRAS diariamente, assegurando assim os alunos estejam nutridos e com energia para participar plenamente das atividades para que possam aproveitar ao máximo as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento oferecidas. Muitos alunos que frequentam o Centro enfrentam dificuldades econômicas que afetam a disponibilidade de alimentos em casa. Ao fornecer refeições ou lanches, CRAS ajuda a garantir que os alunos estejam mais propensos a frequentar regularmente as oficinas, pois a alimentação não será um obstáculo. Em muitos casos, as famílias atendidas pelo CRAS podem estar em situação de insegurança alimentar ou até mesmo desnutrição. Além do mais a merenda ou alimentação uma forma de incentivar a participação das famílias em atividades comunitárias e educacionais promovidas pela instituição, ajudando a quebrar o ciclo de exclusão social. Em resumo, o fornecimento de gêneros alimentícios para o CRAS é uma medida fundamental para atender às necessidades básicas das famílias em situação de vulnerabilidade, promover o desenvolvimento humano, reduzir a exclusão social garantir que todos tenham acesso a uma alimentação adequada.

CREAS: O Centro de Referência Especializado de Assistência Social é uma unidade pública que têm por objetivo a oferta de serviços de **Proteção Social Especial de Média Complexidade, tais como** Serviço de Proteção Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos PAEFI, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida de Prestação de Serviços à Comunidade, Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência Idosas suas Famílias. Isso se materializa por meio do atendimento

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **59** de **80**

acompanhamento especializado de famílias e indivíduos cujos direitos foram violados ou ameaçados. Com o médio porte do Município de Tarauacá capacidades de atendimentos de 50 (cinquenta) pessoas mensalmente. Tendo em vista, que para funcionamento dos serviços supracitados tenham a necessidade dos objetos contidos neste termo de referência.

ABRIGO MUNICIPAL RENASCER: unidade que executa os serviços especializados que oferecem acolhimento e proteção a indivíduos e famílias afastados temporariamente do seu núcleo familiar e/ou comunitários e se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. Atualmente o mesmo acolhe 20 crianças (com projeção de aumento no decorrer do ano) deste número, 03 crianças (01 de 03 meses, 01 de 09 meses e 01 de 10 meses), 09 crianças (04 anos a 12 anos), 06 adolescentes (13 anos a 17 anos, vale ressaltar que também tem 1 adolescente especial sob a cautela do município com acompanhamento especial de uma nutricionista particular) e 01 jovem (de 23 anos), sendo servido café da manhã, almoço, lanche da tarde as 15h ou 15h30, e jantar. A Unidade de acolhimento conta com 17 servidores, sendo 08 cuidadoras especiais plantonistas de 24 horas alternando de 12h às 12h. Além disso, semanalmente a unidade recebe a visita de familiares dos acolhidos, esses familiares também são incluídos nas refeições do dia. Ratificando a importância da alimentação principalmente para esta unidade, por desenvolver papel crucial para crianças e adolescentes por terem os direitos violados, identificados e encaminhados pelo ministério público.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O Programa Bolsa Família é um programa federal de transferência direta e indireta de renda que integra benefícios de assistência social, saúde, educação e emprego, destinado às famílias em situação de em pobreza e de extrema pobreza. Além disso, o Programa oferece ferramentas para a emancipação socioeconômica da família situação de vulnerabilidade social. O objetivo das condicionalidades do Programa é garantir a oferta das ações básicas, e potencializar a melhoria da qualidade de vida das famílias e contribuir para a sua inclusão social. Os objetos deste termo terão a finalidade de oferecer um atendimento cortês, com café, bolacha, assim também como ações na zona rural geridas pelo mesmo.

LAR NOVO HAMBURGO: garante serviços de proteção integral (serviços de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos) para indivíduos e famílias que se encontram sem referência, ou em situação de ameaça, retirada de seu núcleo familiar e/ou comunitário até que seja possível seu retorno a esses núcleos. Além disso, oferece atendimento a pessoas que se encontram com os vínculos familiares rompidos ou fragilizados, em situação de abandono e ameaça ou violação de direitos, e que necessitam

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 60 de 80

de acolhimento fora de seu núcleo familiar. O mesmo abriga 16 idosos atualmente, ofertando café da manhã, almoço, chá da tarde e jantar.

AÇÕES ITINERANTE: No que tange a necessidade de fornecimento do objeto deste termo de referência para atender as ações itinerantes através da secretaria municipal de promoção social de Tarauacá com os programas sociais ofertados: centro de referência de assistência social CRAS, centro de referência especializado - CREAS, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, programa bolsa família e conselho tutelar. Com finalidade de facilitar o acesso aos serviços essenciais da rede intersetorial as comunidades de difícil acesso do município. as quais ocorre durante todo o ano que visa o atendimento da população rural da BR 364 sentido Feijó, BR 364 sentido Cruzeiro do Sul, e ribeirinha dos rios Alta Tarauacá, Baixo Tarauacá, Rio Murú, Rio Acuraua, Baixo Gregório, Alto Gregório, Tauari e rio Liberdade. O itinerário da população ribeirinha é realizado de acordo com o nível de água e da população rural de acordo com a estiagem. As viagens para os rios Tarauacá e Murú são programadas em média de 15 dias, e as demais geralmente é em média de 04 dias (saída na quinta-feira, atendimentos na sexta-feira e sábado, retornando aos domingos). Os atendimentos da população ribeirinha são realizados em pontos estratégicos, durante 15 dias, pois não é possível parar em todas as comunidades, dessa forma, surge problemática com os usuários, como não há estimativa de tempo em cada atendimento, pois é ofertado atendimento particularizado com assistentes social do CRAS, atendimento particularizado com psicólogo do CREAS, concessão de benefício eventual - cesta básica, cortes de cabelo, atendimento ao Público do Programa Bolsa Família outros. Sucede que, o usuário reside em uma comunidade mais distante do ponto de atendimento e por necessitar usufruir dos atendimentos disponíveis, não se sabe exatamente a hora do retorno para sua residência fazendo com que passe a manhã e parte da tarde sem ter realizado nenhuma refeição, onde pode agravar os problemas de saúde, vale ressaltar que, há famílias que não possui barco para locomoção e precisa se deslocar a pé em busca dos atendimentos socio assistenciais à vista disso, justifica-se a necessidade de alimentação para o público que é atendido. Para melhor justificar, foi retirado da base de dados do sistema SUAS o quantitativo estimado que abranja a população dos rios Murú e Tarauacá. Rio Murú: 1,789 pessoas; rio Tarauacá: 1.075. Além dessas comunidades podemos citar também atendimentos nos rios Acuraua, Gregório, rio Liberdade, baixo rio Tarauacá, BR 364 sentido Tarauacá/Feijó e BR364 sentido cruzeiro do sul. Consequentemente justifica-se a quantidade média de 6.000 pessoas da zona rural e ribeirinha que procuram atendimento sócio assistenciais nas ações itinerante.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **61** de **80**

ALAGALOES: Acerca da quantidade de registro justifica-se as enchentes do rio Tarauacá e Murú que pode ocorrer entre os meses de novembro a março relata-se uma análise abrangente dos impactos humanitários e socioeconômicos decorrentes desse tipo de calamidade. A magnitude da inundação resulta em deslocamento forçado de famílias de suas casas para abrigo oferecido pela administração pública e nos abrigos e oferecido café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar, além de famílias que não deixam Suas casas, mas ficam impossibilitadas de sair. Diante do contexto, a provisão de gêneros alimentícios se configura como uma necessidade previa, visando garantir alimentação adequada das famílias desabrigadas e prevenir carências nutricionais. Tais medidas não apenas responde a urgência imediata, mas também contribui para a restauração da estabilidade emocional e física dos afetados, promovendo assim, um ambiente propicio a assistência. Além disso, o fornecimento de material de limpeza é essencial diante das condições insalubres resultantes das enchentes. A preservação da saúde pública requer ações de higienização para prevenir a propagação de doenças transmitidas pela agua contaminada, garantido ambiente seguro para retomada a suas casas. A oferta de desses recursos não responde apenas a demanda imediatas, mas também atua como medida preventiva essencial para mitigar o risco de epidemia secundária. Assim, considerando a dimensão dos desafios enfrentados pelas famílias afetadas a necessidade de uma resposta coordenada e abrangente, fornecimento do objeto deste termo de referência emerge como ação humanitária a responsabilidade social, visa a restaurar a normalidade e promover a resiliência diante da diversidade imposta Pelas enchentes do rio Tarauacá que afeta a cidade de Tarauacá.

3.17- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - JUSTIFICA devido a necessidade e por ser de fundamental importância, para atender os serviços de reabertura de ramais, sentido Tarauacá Feijó e sentido Tarauacá/Cruzeiro do Sul, no período do verão amazônico, onde as equipes necessitam levar alimentos para serem feitas no local, onde não e possível levarmos refeições prontas, devido a distância que se encontram essas equipes, onde o quantitativo foi baseado conforme os números de ramais que compreende aproximadamente 30 (trinta) ramais, e aproximadamente 500 km (quilômetros) para serem feitos manutenções nesse período.

Justifica ainda a necessidade de realizar aquisição de café e açúcar para atender os visitantes, e funcionários desta secretaria, contribuindo para o bom andamento das atividades. O quantitativo foi baseado de acordo com as equipes de trabalhos, administrativa, de limpeza pública, pavimentação e

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **62** de **80**

recuperação de vias públicas, serviços de reabertura de ramais, e manutenção de trapiches e setor de iluminação pública municipal.

3.18- Secretaria Municipal de Meio Ambiente- - Em resposta a necessidade de justificativa da Secretaria Municipal de Agricultura de Tarauaca em seu interesse em participar de processo licitatório referente à aquisição de gêneros alimentícios, conforme solicitado em ofício enviado per esta Prefeitura. Tal solicitação se justifica pela necessidade constante de suprimentos alimentares para as equipes técnicas da secretaria que realizam viagens de campo as comunidades rurais do município, Essas atividades, essenciais para e acompanhamento tecnico, implementação de políticas públicas e execução de programas voltados ao fortalecimento da agricultura familiar, muitas vezes demandam permanência per vários dias em locais de difícil acesso, sem infraestrutura de apoio e sem comunicação.

Dessa forma, a aquisição de gêneros alimentícios se mostra imprescindível para garantir o suporte logístico das ações em campo, assegurando condições mínimas de alimentação e permanência das equipes nas comunidades atendidas. Ressaltamos ainda que a manutenção dessas atividades é fundamental para o cumprimento das metas institucionais da Secretaria e para a promoção do desenvolvimento rural sustentável no município de Tarauaca.

3.19- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Os eventos culturais, turísticos e de inovação frequentemente envolvem a recepção de convidados, realização de oficinas, seminários, feiras gastronômicas, exposições e outras atividades que exigem a disponibilização de alimentos de qualidade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes. Dessa forma, é imprescindível contar com um fornecedor que assegure a regularidade no abastecimento, bem como a qualidade e a segurança dos produtos fornecidos. Além disso, a contratação de uma empresa especializada possibilita uma melhor gestão dos recursos públicos, otimizando custos e garantindo a transparência nos processos de aquisição. A centralização do fornecimento por meio de um contrato formal também permite um melhor planejamento e controle, reduzindo riscos relacionados à falta de insumos durante a realização dos eventos.

Outro fator relevante é a necessidade de um fornecimento diversificado, que atenda a diferentes perfis de público e restrições alimentares, como opções para vegetarianos, veganos e pessoas com restrições alimentares específicas. Isso contribui para a inclusão e acessibilidade dos eventos, fortalecendo o compromisso da Secretaria com a diversidade e a valorização da cultura local. Ao garantir uma parceria com uma empresa especializada, é possível estabelecer critérios rigorosos de qualidade e sustentabilidade na seleção dos produtos alimentícios. A escolha de fornecedores comprometidos com

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **63** de **80**

boas práticas ambientais, como a redução do desperdício e a utilização de embalagens recicláveis, contribui para o desenvolvimento sustentável das ações promovidas pela Secretaria.

Outro aspecto a ser considerado é a importância da logística na entrega dos produtos. A pontualidade e a confiabilidade na distribuição dos gêneros alimentícios são essenciais para garantir que os eventos ocorram sem intercorrências, assegurando que os alimentos estejam disponíveis no momento adequado e em condições ideais de consumo.

Diante do exposto, a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios se justifica como uma medida essencial para garantir a excelência na execução das atividades da Secretaria de Cultura, Turismo e Inovação, promovendo eventos de qualidade, com segurança alimentar, sustentabilidade e eficiência na gestão de recursos.

4 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Para a referida aquisição, pretende-se realizar processo Licitatório com fundamento legal na Lei nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores e, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos.

4.2- Poderá participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, pessoa jurídica, regularmente habilitada, cujos ramos de atividades guardem pertinência e compatibilidade em características com o objeto deste certame, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante do edital e seus anexos, no ato da abertura da sessão;

4.3- Em cumprimento a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, e alterações posteriores, a participação é EXCLUSIVA para as microempresas e empresas de pequeno porte, regularmente habilitada, cujos ramos de atividades guardem pertinência e compatibilidade em características com o objeto deste certame, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante do edital e seus anexos, no ato da abertura da sessão;

4.4- Em atendimento ao art. 49, II da Lei 123/2006, não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando, não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

**ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Página **64** de **80**

5 – DA PROPOSTA

- 5.1 - A apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições do Edital;
- 5.2 - Na proposta de preços consta a discriminação detalhada, a quantidade solicitada, o valor unitário e total, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, já considerando todos as despesas, tributos, fretes, transportes e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os itens, mesmo que não estejam registrados nestes documentos;
- 5.3 - Ao formular a proposta de preço, os licitantes deverão atentar para que o valor unitário do item ofertado seja um número de até duas casas decimais. Com isso, evita-se a ocorrência de preços unitários inexatos ou com mais de duas casas decimais e dificuldade na emissão da nota empenho e dos documentos fiscais;
- 5.4 Julgamento e aceitação;
- 5.5 - Será considerada vencedora a empresa cuja proposta contenha o menor valor por item, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência e no Edital de Pregão;
- 5.6 - O prazo mínimo de validade das propostas de preços será de 60 (sessenta) dias, a contar de sua apresentação;
- 5.7 - O julgamento das propostas obedecerá ao seguinte critério;
- 5.8 - Menor preço por item.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma

- 6.1 - Será utilizada a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade ao atendimento do art. 17, § 2º da Lei n. 14.133/2021.
- 6.2 - No julgamento das propostas o Pregoeiro observará os termos do Edital e seu anexos.

Critérios de Seleção do Fornecedor

**ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Página **65** de **80**

6.3 - As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

6.4 - Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão previstos no edital.

6.5 - Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo licitante/fornecedor serão, conforme disciplinado no edital.

6.6 - O critério de julgamento da proposta é o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

6.7 - As regras de desempate entre propostas serão discriminadas no edital.

Forma de Fornecimento

6.8 - O fornecimento do objeto será parcelado conforme as necessidades de cada Secretaria.

7 - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE ENTREGA, LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO

7.1 - A empresa Contratada deverá efetuar a entrega em prazo de até **15 (quinze)** dias de forma parcelada, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou do Contrato.

7.2 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (05) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Local de Entrega

7.4 - Os pedidos serão realizados conforme a necessidade da Secretaria requisitante.

7.4.1 - A entrega deverá ser feita no Setor de Compras/ Almoxarifado, localizado na Rua Quintino Bocaiuva, 301 - Centro, Tarauacá – Acre / CEP: 69.970-000. Os produtos deverão ser entregues acompanhados da respectiva Nota Fiscal eletrônica que deverá ser emitida contendo a descrição dos itens, quantidades, preço unitário e total, de conformidade com o pedido. A prefeitura não se responsabilizará pelo extravio da mesma.

8 - DO LOCAL DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 66 de 80

8.1 - O local de abertura do processo licitatório dar-se-á **de forma eletrônica, através do www.gov.br/compras**, e as informações detalhadas constante do Edital e seus anexos.

9 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1- Além das obrigações legais e regulamentares, a CONTRATADA obriga-se a:
- 9.2 Manter ao longo da execução do contrato, seus requisitos de habilitação, assegurando a qualidade dos produtos fornecidos;
- 9.3 Fornece os produtos somente após o recebimento da ordem do pedido de fornecimento, em conformidade com os quantitativos solicitados;
- 9.4 Caso o fornecimento não seja realizado, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida em edital;
- 9.5 Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para o cumprimento integral do objeto;
- 9.6 Executar diretamente o fornecimento sem transferência de responsabilidade ou subcontratação, não autorizada pelo CONTRATANTE;
- 9.7 Assumir a responsabilidade por quaisquer danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, dolo quando do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pela CONTRATANTE;
- 9.8 Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e sociais da empresa e seus empregados, mantendo-os atualizados e quitados de acordo com as normas vigentes.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1 - Efetuar o pagamento, das notas fiscais correspondentes, no prazo máximo de até 20º (vigésimo) dia do recebimento das mesmas, após devidamente atestadas pelo fiscal do contrato/Ata;
- 10.2- Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o proposto;
- 10.3 - Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da entrega dos produtos;
- 10.4- A Prefeitura não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **67** de **80**

10.5 - Fiscalizar a realização dos fornecimentos, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da Contratada;

11 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Vigência

11.1 - A Ata de Registro de Preços, quando formalizada, terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso conforme Art. 84 da Lei 14.133/21.

Reequilíbrio Econômico - Financeiro

11.2 - Os preços registrados, assim como as responsabilidades assumidas pela futura Contratada, serão válidos pelo período de 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato da Ata podendo ser prorrogado por igual período de acordo com o art. 84 da Lei 14.133/21;

11.3 - Os preços registrados na Ata de Registro de Preços variarão:

11.4 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da detentora para justa remuneração dos produtos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;

11.5 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;

11.6 - Fica facultado a Prefeitura realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela detentora da Ata.

11.7 - A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Prefeitura, porém contemplará as entregas realizadas após a data de entrega do pedido de repactuação de preços no Protocolo Geral da Prefeitura de Tarauacá, não se aplicando o reajuste de preços sobre as compras já consignadas e/ou sobre as que estiverem em andamento;

**ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Página 68 de 80

11.8 - Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a detentora da Ata não poderá suspender a entrega dos materiais solicitados e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

12 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

12.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.2 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.4 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.5 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.6 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **69** de **80**

12.7 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

12.8 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

12.9 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.9 prazo de validade;

12.9.1 a data da emissão;

12.9.2 os dados do contrato e do órgão contratante;

12.9.3 o período respectivo de execução do contrato;

12.9.4 o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.11 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.12 - A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **70** de **80**

12.13 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.14 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.15 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.16 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

12.17 - O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

Forma de pagamento

12.18 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.19 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.20 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.21 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.22 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **71** de **80**

aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.23 - A nota fiscal deverá ser preenchida em nome da Prefeitura Municipal de Tarauacá, com sede na Rua Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 – Bairro Centro, Tarauacá-Acre, CEP 69.970-000, CNPJ nº 34.693.564/0001-79, devendo constar no corpo da Nota Fiscal o número do Pregão, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e do Empenho;

12.24 - O pagamento estará condicionado ao atesto da nota fiscal feito pelo(a) servidor nomeado como “fiscal da ata ou contrato”, indicado pela Secretaria de Administração, que terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para encaminhar ao setor financeiro, após análise e aprovação da documentação apresentada pela contratada;

12.25 - Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega no protocolo da CONTRATANTE.

12.26 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **72** de **80**

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 - Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.

14- DOS IMPEDIMENTOS

14.1 - É Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme determina o artigo 122, § 3º da Lei n. 14.133/2021.

15 - VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO

15.1 - O contrato, quando formalizado, terá início na data de sua assinatura e término no exercício financeiro, podendo excepcionalmente ser prorrogado por igual período, desde que haja justificativa, disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, e que a contratação ainda permaneça vantajosa para a Administração, conforme art. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021, e que seja formalizado através de termo aditivo.

DA EFICÁCIA

15.2 . A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

15.3. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

15.3.1 - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

15.3.2 - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

**ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Página **73** de **80**

16– DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17 – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

17.1. A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para execução do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, de acordo com o Art. 124, b da lei 14.133/21.

18– DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

19 - PROCEDIMENTOS DE GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

19.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

19.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

19.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Página 74 de 80

Fiscalização

19.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

19.7 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

19.8 - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

19.8.1 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

19.8.2 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

19.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

19.8.4 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

19.9 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **75** de **80**

necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

19.9.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

19.10 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

19.11 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

19.12 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

19.13 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

19.14 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **76** de **80**

19.15 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

19.16 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

20 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 - Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei 14.133/21, a Contratada que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

20.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA, de acordo com o art. 156 da Lei 14.133/21, as seguintes sanções:

I. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações

**ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Página **77** de **80**

contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II. Multa:

(1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

III. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União,

V. com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

VI. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3 - A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “IV” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

20.4 - As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” E “V” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.5 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei 14.133/21, as empresas ou profissionais que:

20.5.1 - Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **78** de **80**

20.7 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.8 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.9 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o órgão ou entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.12 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21- DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

21.1 - O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

21.2 - Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **79** de **80**

21.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

21.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

21.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

21.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

22 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

22.1 - As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

22.1.1 . O(s) atestados deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato, caso seja necessário, com quem emitiu o referido documento.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 Conforme disposto no art. 17 do decreto nº 11.462/2013 de 31/03/2023 tratando-se de Registro de preço, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida a para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, pela administração pública.

24 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 - Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como: mão de obra, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais etc., correrão por conta da Contratada;

24.2 - As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página **80** de **80**

24.3 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, com suas posteriores alterações e legislação correlata;

24.4 - Quanto ao esclarecimento de dúvidas, poderá ser realizado pela Comissão de Contratação da PMT/TK, sediada na Rua Cel Juvêncio de Menezes, 395 – Centro / Tarauacá/Ac – sede da Prefeitura, ou através do e-mail: contratacoestk@gmail.com.

Tarauacá/AC, 04 de maio de 2026.

Aprovado por:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

ÓRGÃO REQUISITANTE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESPONSÁVEL: ENIVALDO CAVALCANTE GOMES DO Ó

CPF: 164.766.702-04

MATRICULA: 11488

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1.1 - O presente documento tem como objetivo formalizar os estudos técnicos preliminares, visando subsidiar a **Contratação Pública**, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), com o intuito de garantir a correta aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

1.2 - O objeto deste Estudo Técnico Preliminar é a seleção da solução mais adequada para a **Contratação de Empresa Especializada no fornecimento de Gêneros Alimentícios**, com vistas a atender as demandas de diversas Secretarias Municipais, garantindo a oferta de alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para a continuidade das atividades essenciais da administração pública.

1.3 - O fornecimento de gêneros alimentícios é crucial para atender a diferentes unidades da Prefeitura Municipal, especialmente em áreas como eventos comunitários, promoção social e calamidades públicas. As Secretarias necessitam de uma alimentação adequada para o bom funcionamento de suas atividades, seja para a realização de eventos como o Dia das Mães, Dia das Crianças, ações itinerantes promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, ou para atender programas de assistência à população em situação de vulnerabilidade social.

1.4 - Os gêneros alimentícios desempenham papel fundamental no atendimento das necessidades alimentares da população e na execução de atividades administrativas diárias. A qualidade e regularidade do fornecimento são essenciais para a manutenção das atividades de diversas secretarias, que dependem desses recursos para garantir a continuidade de suas operações, como

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

nas ações de promoção social, no atendimento a emergências, e em programas destinados à população em situação de vulnerabilidade, como o CRAS, CREAS, Abrigo Municipal Renascer, e os programas Auxílio Brasil e Lar Novo Hamburgo.

1.5 - A contratação de gêneros alimentícios adequados e de qualidade é essencial para que a Prefeitura cumpra de maneira eficiente suas obrigações sociais e administrativas. O fornecimento regular de alimentos para unidades de saúde, programas de assistência social e ações de emergência, como em situações de enchentes, não só garante o atendimento adequado às necessidades básicas de nutrição da população, mas também contribui diretamente para o fortalecimento da segurança alimentar e nutrição. Além disso, essa ação é um pilar fundamental para a promoção do bem-estar social, assegurando a saúde, a educação e a dignidade dos cidadãos, e ajudando a Prefeitura a atingir suas metas de inclusão e redução das desigualdades sociais, especialmente entre as camadas mais vulneráveis da população.

1.6 - O fornecimento contínuo e adequado de alimentos é um elemento fundamental para o bom andamento das atividades da Prefeitura, sendo essencial para garantir a eficiência no atendimento a servidores e assistidos. A alimentação adequada é indispensável para a realização de eventos comunitários e programas sociais, promovendo a integração e o bem-estar da população. Além disso, a garantia do fornecimento de alimentos para unidades de saúde e programas de assistência social assegura que essas instituições desempenhem suas funções essenciais com qualidade, proporcionando condições adequadas para o cuidado dos pacientes, o aprendizado de atividades socioeducativas e o suporte às famílias em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, o fornecimento de alimentos não apenas sustenta as operações diárias da Prefeitura, mas também fortalece os programas de promoção da saúde, assistência social e eventos comunitários.

1.7 - A disponibilidade de gêneros alimentícios de qualidade é fundamental para assegurar que as Secretarias possam atender as necessidades da população, especialmente em momentos críticos, como em ações de emergência, calamidades públicas, ou em programas de distribuição de cestas básicas durante enchentes que ocorrem anualmente, ou em ações itinerantes promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

1.8 - A disponibilização de gêneros alimentícios de qualidade e em quantidade adequada não só atende às necessidades básicas de nutrição da população, como também é um pilar fundamental para a promoção social. Ao garantir o fornecimento contínuo de alimentos em unidades de saúde, programas de assistência social e durante ações emergenciais, a Prefeitura cumpre sua responsabilidade de promover o bem-estar social, além de contribuir para a inclusão e dignidade da população em situação de vulnerabilidade. O acesso a alimentos de qualidade é essencial para o desenvolvimento humano, o fortalecimento da cidadania e o combate à desigualdade social, promovendo a igualdade de oportunidades e a segurança alimentar das famílias atendidas pelos programas municipais.

1.9 - A ausência de gêneros alimentícios pode gerar sérios impactos na execução das atividades das Secretarias e no atendimento à população, o que prejudicaria o andamento de serviços essenciais. Portanto, a contratação imediata de fornecedor especializado é imprescindível para garantir o funcionamento contínuo das atividades administrativas e sociais da Prefeitura.

1.10 - De acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a política de compras públicas do Município, este procedimento licitatório buscará ampliar a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas compras governamentais, garantindo a democratização do acesso às aquisições públicas e o fomento à economia local.

1.11- A centralização da compra de gêneros alimentícios permite à Prefeitura otimizar os recursos públicos, aumentar o poder de compra e obter melhores preços, devido à economia de escala. A realização de um procedimento licitatório único para a aquisição de gêneros alimentícios para todas as Secretarias proporciona mais eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos.

1.12 - Em razão do estoque atual insuficiente no Almoxarifado da Prefeitura, torna-se urgente a aquisição de gêneros alimentícios. Não existe Ata de Registro de Preços vigente que atenda a essa necessidade, o que impossibilita a contratação através de processo simplificado. Diante disso, a contratação direta por meio de pregão se faz necessária para garantir o atendimento contínuo das demandas emergenciais.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

1.13 - Desta forma, através de aquisições centralizadas, que proporcionam a junção dos quantitativos estimados neste Termo de Referência, haverá um aumento no poder de compra da Administração, possibilitando uma maior economia em escala dos produtos objeto deste certame.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1- O Plano Anual de Contratações estará sendo feito para o exercício do ano de 2026. A Lei nº 14.133/21 não impõe a elaboração do Planejamento Anual de Contratações, em que pese o dispositivo legal menciona o Plano como uma possibilidade e não como uma obrigatoriedade.

3. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

3.1- O licitante deve proporcionar entrega dos gêneros alimentícios, para atender necessidades administrativas das SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TARAUACÁ, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento: Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade; Responsabilizar-Se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos; Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço. O licitante deverá garantir os requisitos de

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

qualidade, funcionamento e rendimento dos itens entregues conforme edital durante toda a vigência do contrato

3.2- A contratação observará tanto o orçamento quanto a limitação de espaço físico e a possibilidade de aquisição de quantitativos parcelados durante o período de vigência da Ata e a disponibilidade orçamentária a cada pedido de fornecimento, em que, por isso, optou-se pelo fornecimento dos bens através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS no art. 3º, inciso II, do Decreto nº. 7.892/2013 c/c, com fundamento Decreto Federal 10.024/2019 de Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, na modalidade, conforme a seguir transcrito:

[...].

Art. 3 O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

[...];

II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

[...] .

Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas na Conselho Superior da Justiça do Trabalho Resolução nº. 103/2012 do que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental, bem como à novel sustentáveis no Judiciário. RA CNJ nº. 400/2021 que trata das aquisições A empresa deverá fornecer os produtos conforme solicitado e disposto no Termo de Referência, inclusive deverá obedecer aos prazos e garantias nele listados, em harmonia ao que restar celebrado entre a Prefeitura e a empresa vencedora, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei.

3.3 - Os padrões mínimos de qualidade exigidos serão apresentados no Termo de Referência, os quais servirão de parâmetro para seleção da proposta mais vantajosa, obedecendo o rol de documentos vinculados no art. 68 da lei de licitações e contratos nº 14.133/2023, bem como, a



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

certificação e comprovação de atuação em outros órgãos da administração pública. Além de, os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. Para aquisição dos itens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Itens	Descrição	Apresentação	Sec. Administração		Sec. de Agricultura		Sec. Cultura		Sec. de Educação		Sec. Esporte		Sec. Meio Ambiente		Sec. Obras		Sec. Promoção Social		Sec. Saúde		Quant. total para consumo	Quant. total para Registro
			Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro		
1	CARNE BOVINA MOÍDA – da parte dianteira, sem osso, tipo paleta ou acém, sem pelanca, sem gordura, sem sebo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, embalada em embalagem plástica transparente atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, sem sujidades e ação de micróbios, apresentando externamente os dados de identificação, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar	KG	180	234	50	55	25	30	700	910	500	600	00	00	720	864	3.900	5.000	2.800	3.000	8.875	10.693

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante. PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE ATÉ 05 KG POR EMBALAGEM.																					
2	CARNE BOVINA SEM OSSO DE 1ª QUALIDADE - tipo (alcatra, chã de dentro, coxão mole, patinho, lombo), resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. tipo de corte: característico da peça, conforme o padrão descrito na Portaria nº 5 de 8/11/88 e publicada no D.O.U. de 18/11/88, Seção I. O percentual aceitável de sebo/gordura é de 10 (dez) %. Embalada em embalagem plástica transparente atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, sem sujidades e ação de micróbios, apresentando externamente os dados de identificação, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da	KG	1.200	1.440	50	55	08	10	700	910	500	600	00	00	1.020	1.224	2.600	3.380	1.840	2.000	7.918	9.619

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante. PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE ATÉ 05 KG POR EMBALAGEM.																					
3	CARNE BOVINA SEM OSSO DE 2ª QUALIDADE - tipo (acém e coxão duro), resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. Tipo de corte: característico da peça, conforme o padrão descrito na Portaria nº 5 de 8/11/88 e publicada no D.O.U. de 18/11/88, Seção I. Serão adotados os critérios e padrões estabelecidos na Resolução RDC nº.12, 02/01/01, ANVISA/MS, Anexo I, Grupo 5. item a, publicada no D.O.U. Seção I em 10/01/01. O percentual aceitável de sebo/gordura é de 10 (dez) %. Embalada em saco plástico transparente atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o	KG	150	195	50	55	08	10	00	00	500	600	00	00	840	1.010	1.500	1.950	1.840	2.000	4.888	5.820

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	momento do consumo, apresentando externamente os dados de identificação, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE ATÉ 05 KG POR EMBALAGEM.																					
4	COSTELA DE CARNE BOVINA - resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. Tipo de corte: característico da peça, conforme o padrão descrito na Portaria nº 5 de 8/11/88 e publicada no D.O.U. de 18/11/88, Seção I. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Serão adotados os critérios e padrões estabelecidos na Resolução RDC nº.12, 02/01/01,	KG	80	104	00	00	00	00	00	00	200	240	00	00	720	864	900	1.170	640	700	2.540	3.078

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	ANVISA/MS, Anexo I, Grupo 5. item a, publicada no D.O.U. Seção I em 10/01/01. O percentual aceitável de sebo/gordura é de 10 (dez) %. Embalada em saco plástico transparente atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, apresentando externamente os dados de identificação, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante. PESO LÍQUIDO MÁXIMO DE ATÉ 05 KG POR EMBALAGEM.																					
5	CARNE DE FRANGO - c/ miúdos e sem tempero (ou qualquer outro produto que altere suas características in natura), congelado (18° a - 8°C) com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, textura firme, não amolecido e nem pegajosa, cor própria, sem limosidade e viscosidade, sem manchas	KG	1.000	1.200	80	85	08	10	350	455	200	400	00	00	960	1.152	7.150	9.200	2.640	3.000	12.388	15.342

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. A embalagem deverá conter 1kg, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega na Unidade requisitante.																					
6	PEITO DE CARNE DE FRANGO - sem (ou qualquer outro produto que altere sua características in natura), congelado (18° a -8°C) com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, textura firme, não amolecido e nem pegajosa, cor própria, sem limosidade e viscosidade, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. A embalagem deverá conter 1kg, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega na Unidade requisitante.	KG	1.000	1.200	100	110	15	18	210	273	150	180	00	00	720	864	3.250	4.200	1.800	2.000	7.242	8.845

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

7	CHARQUE BOVINO - a carne de charque "tradicional" deverá ser bovino dianteiro, boa qualidade salgada, curada, seca, de consistência firme, sem excesso de gordura, não deve apresentar odor de ranço, nem depósitos de líquido na embalagem primária, isento de sujidades, parasitas e larvas, devendo se apresentar em perfeito estado de conservação com blocos de consistência firme e com baixo teor de gordura, com a cor, odor e sabor característico. A embalagem primária deve ser à vácuo, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes, cada embalagem deverá apresentar peso líquido de 500G, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 15 DIAS a partir da data de entrega na Unidade requisitante.	PCT	500	650	60	65	18	24	210	273	100	120	00	00	840	1.008	3.000	3.900	1.840	2.000	6.568	8.040
8	LINGÜIÇA TIPO CALABRESA - Carne suína pura e limpa, de 1ª qualidade, apresentando-se em gomos	KG	200	220	50	55	13	16	00	00	90	108	00	00	720	864	2.340	3.000	1.400	1.600	4.813	5.863

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	uniformes, adicionada de toucinho e condimentos naturais em proporções adequadas ao tipo calabrês submetida ao processo de cura, embalada a vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em embalagens plásticas de 1kg. A embalagem deverá conter 1kg, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante.																					
9	PRESUNTO DE COZIDO - Sem capa de gordura, fatiado no dia da entrega, embalados em bandeja de isopor contendo 1kg, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante.	KG	100	120	00	00	10	12	00	00	60	72	00	00	240	288	150	190	200	220	760	902

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

10	SALSICHA TIPO VIENA - Apresentando-se em gomos uniformes e padronizados, embalada a vácuo, em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter 1kg, apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante.	KG	300	330	00	00	10	12	210	273	90	108	00	00	480	576	2.000	2.600	510	600	3.600	4.499
11	OVOS - de galinha, classe A, tipo 3, grande. Produto fresco de avegalinácea, tipo grande, íntegro, sem manchas ou sujidade, cor, odor ou sabor anormais; acondicionado em embalagem apropriada com 12 unidades.	DUZIA	300	330	20	25	40	45	210	273	150	180	00	00	360	432	2.400	3.100	2.640	3.000	6.120	7.385
12	AÇÚCAR - obtido da cana de açúcar, tipo cristal, com aspecto cor branco, cheiro e sabor próprio, com teor de sacarose mínimo de 98,5%, sem fermentação, isento de sujidades, parasitas e de enxofre, acondicionado em pacote de 01 kg e embalagem secundária plástica resistente	FRD	1.000	1.200	05	06	04	06	77	100	90	108	80	100	120	144	350	450	300	330	2.026	2.444

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	com peso líquido de 30 kg o fardo e prazo de validade mínima de 6 meses a partir data de entrega.																					
13	ACHOCOLATADO em pó, instantâneo, obtido pela mistura do cacau em pó solúvel, açúcar, maltodextrina, leite em pó e/ou soro, extra, constituído de pó fino e homogêneo, isento de soja ou farinha, sujidades e materiais estranhos, admitindo teor de umidade máxima de 3%. Não contendo glúten. Acondicionado em latas de alumínio ou de folha de flandres, resistente, vedado hermeticamente e limpo sem vestígios de ferrugem, amassadura. Contendo aproximadamente 400g de peso líquido e cx 24x1. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade de no mínimo de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX	40	50	03	04	05	07	00	00	100	120	00	00	72	87	150	200	320	350	690	818

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

14	ARROZ, TIPO 1, sem glúten longo fino constituídos de grãos inteiros isento de sujidades, materiais estranhos e mofo, safra corrente e procedência nacional, embalagem plástica atóxica limpa não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, pacote com 5 Kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar data de fabricação recente e validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade. Farde com 10 unidades.	PCT	150	180	20	25	08	12	80	100	200	240	00	00	300	360	2.500	3.250	1.840	2.000	5.088	6.167
15	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA OU SIMILAR - de boa qualidade, inteiros, apresentando valor nutricional na porção de 40g (mínimo): 197 kcal/ 32g de carboidrato/4g de proteína/ as gorduras totais não podem ultrapassar mais que 5g. Peso líquido de 400g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência,	CX	40	50	03	04	10	13	40	50	20	24	00	00	36	44	150	190	200	220	499	5955

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto e data de validade. Embalagem secundária saco plástico transparente 3x1, hermeticamente vedado. Período de Validade de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega. Caixa com 24 Unidades.																					
16	BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA OU SIMILAR - (sabor Leite), Ingredientes: Farinha de trigo, amido de milho, gordura vegetal, açúcar, açúcar invertido, sal, lecitina de soja, bicarbonato de amônia e sódio, aroma de leite e ferro, aromatizante artificial, contendo glúten. Apresentando Valor Nutricional na porção de 40g (mínimo): 130 kcal/ 30g de Carboidrato/ 2g de Proteína/ As gorduras Totais não podem ultrapassar mais que 1g. Peso líquido de 400g. Embalagem: saco plástico transparente, hermeticamente vedado.A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade	CX	40	50	02	03	10	13	35	45	40	48	04	06	36	44	190	245	200	220	557	674

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Caixa com 24 unidades.																					
17	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACK OU SIMILAR - Tipo água e sal, com os seguintes ingredientes: Farinha de Trigo enriquecida com Ferro e Ácido Fólico, Gordura Vegetal, Açúcar invertido, Açúcar, Sal, Lecitina de soja, Aromatizante, Fermento Fresco, Bicarbonato de Sódio e Glúten. Apresentando Valor Nutricional na porção de 40g (mínimo): 160 kcal/ 20g de Carboidrato/ 2,5g de Proteína/ As gorduras Totais não podem ultrapassar mais que 2g. Peso líquido de 400g. Embalagem: saco plástico transparente, hermeticamente vedado. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis)	CX	40	50	02	03	08	11	35	45	40	48	10	12	120	144	450	480	160	200	865	1.093

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Caixa com 24 Unidades.																					
18	CARNE BOVINA EM CONSERVA desfiada lata c/ 320g e caixa com 24 unidades. A embalagem deverá está vedado hermeticamente e limpo sem vestígios de ferrugem, amassadura, contendo externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto de 320g.O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade.	CX	30	40	10	12	04	07	25	30	20	24	00	00	72	87	150	190	240	280	551	670
19	CAFÉ MOÍDO E TORRADO - café em pó torrado e moído, embalagem plástica ou laminada, comum e vedada. Pacotes com 250g provenientes de grãos limpos e são. Externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricionais número de lote e data de fabricação. A validade mínima deve ser de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Fardos com 20 pacotes de 250g.	PCT	2.000	2.400	10	12	15	19	80	82	20	24	20	30	3.600	4.320	2.500	3.250	400	420	8.645	10.557

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

20	CEREAL DE ARROZ - tipo instantâneo, produto à base de arroz pré-cozido, adicionado de vitaminas e sais minerais, em pó, acondicionado em lata sem ferrugem, não amassadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo hermeticamente fechados. Embalagem com 400g e caixa com 24 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX	30	40	00	00	03	05	00	00	20	24	00	00	48	58	100	130	120	150	321	407
21	CEREAL DE MILHO – tipo instantâneo produto à base de milho pré-cozido, adicionado de vitaminas e sais minerais, em pó, acondicionado em lata sem ferrugem, não amassadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo hermeticamente fechados. Embalagem com 400g e caixa com 24	CX	30	40	00	00	03	05	00	00	20	24	00	00	48	58	100	130	120	150	321	407

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.																					
22	COLORAU - condimento em pó, cor avermelhada; embalagem com peso líquido de 500g, embalado em saco transparente hermeticamente vedado, apresentando valor nutricional (máximo) de 165mg de sódio Deverá conter a validade mínima de 06 meses, com dizeres de rotulagem, data de fabricação.	PCT	50	60	00	00	08	11	77	100	10	12	00	00	72	87	150	190	240	280	607	740
23	CREME DE LEITE UHT; Integral, homogeneizado. À base de matéria-prima animal. Acondicionado em embalagem primária do tipo tetrapack com 200 gramas e embalagem secundária de papelão contendo 27 unidades. Sem necessidade de refrigeração. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência,	CX	50	60	20	22	04	06	00	00	10	12	00	00	60	72	120	150	200	240	464	562

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade do produto e rotulagem de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade mínimo de 06 (seis) meses a contar da data de entrega na unidade requisitante.																					
24	EXTRATO DE TOMATE – tradicional e peneirado s/ sementes e corantes artificiais. Embalagem contendo 190g e caixa com 12 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX	50	60	00	00	04	06	08	10	10	12	00	00	120	144	85	110	160	180	437	522
25	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO – Tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico, 100% pura de excelente qualidade, pó branco, fino e de fácil escoamento, não devendo estar empedrado e isento de sujidades. Deve estar solta e seca na embalagem, cor uniforme. Embalada em	KG	100	120	00	00	10	13	280	300	50	60	00	00	120	144	170	220	120	140	850	997

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	sacos transparentes de 1 kg, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. tipo Dona Beta, Sol ou similar.																					
26	FARINHA DE MANDIOCA - Fina, branca, crua, embalada em pacotes plásticos, Transparentes, limpos, não violados, resistentes, acondicionados em fardos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega.	LT	500	600	100	110	15	18	350	455	200	240	00	00	1.200	1.440	2.500	3.250	1.040	1.100	5.905	7.213
27	FEIJÃO CARIOQUINHA TIPO 1 - Classe carioquinha, em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. Acondicionados	FRD	30	40	03	04	05	08	10	11	100	120	00	00	72	87	150	190	280	300	650	760

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Pacote 1kg. Fardo contendo 10 kg.																					
28	FEIJÃO PRETO TIPO 1 - em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Pacote 1kg. Fardo contendo 10 kg.	FRD	20	24	00	00	05	08	09	10	100	120	00	00	48	58	65	82	240	280	487	582
29	FLOCOS DE MILHO -pré - cozido, amarelo, enriquecido de ferro e ácido fólico, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem de 500g	FRD	20	24	05	06	10	12	25	30	10	12	06	08	120	144	265	340	560	600	1.021	1.176

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	pacote e fardo com 24 pacotes não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.																					
30	MACARRÃO SEMOLADO, TIPO ESPAGUETE Nº 08, SEM OVOS - produto não fermentado obtido pelo amassamento mecânico de farinha de trigo comum e/ou sêmola/semolina. Fabricados a partir de matérias primas e limpas, isentas de matérias terrosas, sujidades, parasitos, larvas, fungos e gorgulho. O macarrão ao ser colocado na água não deverá turvá-la antes da cocção e não poderá apresentar-se fermentado ou rançoso. Apresentando cor (cozida): creme claro, sabor e odor próprios de massa cozida e	FRD	30	35	00	00	05	07	00	00	10	12	00	00	72	87	370	480	120	150	667	771

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	consistência macia. Com rendimento mínimo após o cozimento de 02 (duas) vezes a mais do peso antes da cocção. Embalagem. Em sacos plásticos. Fardo de 10kg com 20 unidade cada com 500g.																					
31	MILHO PARA PIPOCA– Milho seco processado em grãos crus, inteiros, para o preparo pipoca, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados em saco plástico resistente. A embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano. Pct com 500g.	PCT	100	120	00	00	08	11	77	100	10	12	00	00	00	00	600	780	240	280	1.035	.1303
32	MILHO AMARELO PARA MUNGUNZÁ – Milho seco processado em grãos crus, inteiros, para o preparo de mungunzá, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados em saco plástico resistente. A embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 a 01 ano. Pct com 500g.	PCT	100	120	00	00	10	13	77	100	20	24	00	00	120	144	300	390	240	280	867	1.071

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

33	ÓLEO DE SOJA - tipo I, refinado, vitaminado e sem colesterol, puro, cor clara, sem cheiro, rico em: poliinsaturados, ômega 3 e ômega 6. Peso Líquido 900ml. Embalagem: Garrafa Plástica (tipo Pet) contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro). Período de validade de no mínimo 04 (quatro) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Caixa com 24x1.	CX	20	24	08	09	04	06	09	10	20	24	02	03	60	72	400	520	50	60	573	728
34	PIMENTA DO REINO – Moída, pacote com 50g.	PCT	30	36	00	00	00	00	10	11	10	12	00	00	120	144	300	390	240	280	710	873
35	SAL - Comum, com sódio, iodado em embalagem primária de 1 Kg, granulação uniforme, acondicionado em sacos plásticos resistentes e vedados. Externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote e data de fabricação. A Validade mínima deve ser de 06 meses a partir da data de entrega na unidade	FRD	05	06	02	03	01	02	18	20	30	36	02	03	00	00	25	30	200	240	283	340

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	requisitante. Fardo contendo 10 kg.																					
36	SARDINHA EM CONSERVA - preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido. Imersa em óleo comestível. Acondicionado em recipiente de folha de flandres íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo aproximadamente 125g de peso líquido drenado e cx. 50x1. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX	10	12	10	12	03	04	18	20	10	12	00	00	60	72	150	190	200	240	461	562
37	SELETA DE LEGUMES EM CONSERVA- sem conservantes, enlatada, com grãos de cenoura, batata, ervilhas, milho verde, água e sal. Peso líquido 300g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do	CX	10	12	00	00	02	04	00	00	10	12	00	00	48	58	130	165	100	120	300	371

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Caixa com 24x1.																					
38	TEMPERO COMPLETO DE ALHO, SAL, CEBOLA – Concentrado de Ingredientes básicos: sal, alho, cebola, óleo vegetal, embalagem plástica, com dizeres de rotulagem, contendo informações dos ingredientes, data de fabricação. Registro no MS produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. De acordo com a rdc nº276/2005. Embalagem 300g.caixa com 24 unidades.	CX	10	12	02	03	01	02	13	14	10	12	00	00	48	58	250	325	200	240	534	666
39	VINAGRE – tipo de alcool, embalagem plástica de 750 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Caixa com 12 unidades.	CX	10	12	00	00	01	02	10	11	05	06	00	00	48	58	200	260	120	140	394	489

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

40	SUCO CONCENTRADO (SABOR MARACUJÁ) - Pasteurizado, sem corantes artificiais, com conservação fora de refrigeração, vitaminado ou com vitaminas e/ou sais minerais. Embalagem deverá ser em garrafas de vidro ou pet com informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Embalagem de 500ml e caixa com 12 garrafas. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX	10	12	00	00	08	10	09	10	10	12	02	04	240	288	100	130	200	220	579	686
41	SUCO CONCENTRADO INDUSTRIALIZADO - (SABOR CAJU). Pasteurizado, sem corantes artificiais, com conservação fora de refrigeração, vitaminado ou com vitamina e/ou sais minerais. Embalagem deverá ser em garrafas de vidro ou pet com informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Embalagem de 500ml e caixa com 12 garrafas. O produto deverá apresentar validade mínima	CX	10	12	05	06	08	10	09	10	10	12	02	04	240	288	100	130	200	220	584	692

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.																					
42	LEITE CONDENSADO - obtido pela desidratação do leite, adicionado de sacarose ou glicose, embalado em lata limpas, isenta de ferrugem, não amassada, não estufada, resistente, que garanta a integridade do produto, até o momento do consumo ou em embalagem longa vida. A embalagem deverá conter 395g e caixa com 24 unidades externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	CX	10	12	00	00	06	08	45	50	10	12	00	00	120	144	60	75	200	220	451	521
43	LEITE EM PÓ - integral, instantâneo, enriquecido com vitaminas: ferro e ácido fólico contendo no mínimo 26% de gorduras, embalado em latas de folha de flandres, isentas de ferrugem não amassadas ou em embalagens plástica ou laminada, comum e vedada, contendo 400g. A embalagem deverá conter externamente os dados de	FRD	03	05	07	08	12	15	18	20	20	24	10	12	120	144	260	335	240	280	690	843

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Fardo contendo 25 pct de 400g.																					
44	LEITE PASTEURIZADO - tipo "B" integral homogeneizado. Teor de gorduras de 3%. Embalagem contendo 1 litro, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 04 dias, a partir da data de entrega na unidade requisitante.	LT	500	650	00	00	20	23	190	200	200	240	00	00	1.200	1.440	2.500	3.250	560	600	5.170	6.403
45	FORMULA INFANTIL 0 a 06 meses – embalagem com 800g. Ingredientes: soro de leite desmineralizado, leite	CX	00	00	00	00	00	00	00	00	10	12	00	00	00	00	50	65	40	50	100	127

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	desnatado, maltodextrina, oleína de palma, galactoligossacarídeos, óleo de palmiste, óleo de canola com baixo teor erúico, óleo de milho, minerais (citrato de cálcio, cloreto de magnésio, cloreto de sódio, fosfato de sódio dibásico, cloreto de potássio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, citrato de potássio, sulfato de manganês, iodeto de potássio, selenato de sódio), fruto-oligossacarídeos, vitaminas (L- ascorbato de sódio, mio-inositol, acetato de DL-a-tocoferila, nicotinamida, D-pantotenato de cálcio, tiamina mononitrato, acetato de retinila, cloridrato de piridoxina, riboflavina, ácido N-pterol-L-glutâmico, filoquinona, D-biotina, colecalciferol e cianocobalamina), taurina, L-carnitina, emulsificante lecitina de soja e reguladores de acidez hidróxido de potássio e ácido cítrico. Similar a marca APTAMIL, NAN, NESTOGENO. Caixa com 12 unidades.																					
46	MANTEIGA - Lata Média, com óleo animal de 1ª qualidade, cor, sabor e odor	CX	10	12	05	06	06	08	10	12	10	12	03	04	60	72	250	300	120	140	474	566

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	característicos. Embalada em latas limpas, não amassadas ou violadas resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, embalagem contendo 500g e caixa com 12 unidades.																					
47	QUEIJO MUSSARELA – 1ª qualidade, a embalagem original deve ser a vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Fatiado em lâminas de 30g e embalados com 2Kg.	KG	100	120	00	00	15	18	00	00	50	60	00	00	240	288	150	195	200	220	755	901
48	BANANA COMPRIDA - tipo extra, verdoxa, em pencas, tamanho e coloração	KG	10	12	00	00	25	30	10	11	100	120	00	00	600	720	950	1.230	320	340	2.015	2.463

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	uniformes, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Devem estar firmes, frescas. Não devem estar machucadas, perfuradas ou muito maduras. Devem ser adquiridas na época da safra. Validade de 05 (cinco) dias.																					
49	LARANJA - Unidade de tamanho médio. Devem estar firmes, frescas, produto de 1ª qualidade, casca livre de fungos, lisa e íntegra com maturação natural, com brilho e livre de bolores. Não devem estar machucados, perfurados ou muito maduros. Devem ser adquiridos na época da safra. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo. Validade de 04 (quatro) dias.	KG	300	360	00	00	25	30	50	52	200	240	00	00	720	864	900	1.170	240	280	2.435	2.996
50	MAÇA – Unidade de tamanho médio. Devem estar firmes, frescas, produto de 1ª qualidade, casca livre de fungos, lisa e íntegra com maturação natural, com brilho e livre de bolores. Não devem estar machucados, perfurados ou muito	KG	200	240	00	00	30	33	50	52	60	72	00	00	720	864	1.000	1.300	240	280	2.300	2.841

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	maduros. Devem ser adquiridos na época da safra. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo. Validade de 04 (quatro) dias.																					
51	TANGERINA - Tipo comum ou poncan. Unidades de tamanho médio. Devem estar firmes, frescas, produto de 1ª qualidade, casca livre de fungos, lisa e íntegra com maturação natural, com brilho e livre de bolores. Não devem estar machucados, perfurados ou muito maduros. Devem ser adquiridos na época da safra. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo. Validade de 04 (quatro) dias.	KG	100	120	00	00	00	00	50	52	90	108	00	00	720	864	700	910	160	180	1.820	2.234
52	ALHO - condimento, bulbo inteiro aspecto físico em cabeça, tipo branco, uso culinário, nacional, boa qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isento de	KG	30	36	25	29	10	12	20	22	10	12	00	00	360	432	600	750	160	180	1.215	1.473

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	sujeidades, parasitas e larvas. Acondicionado em sacos plásticos pesando 1 kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses apartir da data de entrega na unidade requisitante.																					
53	BATATA INGLESA – seca adequadamente sem umidade exterior, firmes, não germinadas, não apresentando cortes, fissuras, colorações e manchas verdes, cinzentas, azuis, negras ou de ferrugem. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem imprópria para consumo.	KG	200	220	50	55	00	00	80	100	20	24	00	00	720	864	600	750	320	340	1.990	2.353
54	CEBOLA EM CABEÇA - Limpas, sem umidade exterior, firmes, não germinadas, não apresentando cortes, fissuras, colorações e manchas verdes, cinzentas, azuis, negras ou de ferrugem. Exclui-se o recebimento de produtos	KG	100	120	50	55	10	13	80	100	40	48	00	00	720	864	600	780	200	220	1.800	2.200

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo.																					
55	CENOURA - seca adequadamente sem umidade exterior, firmes, não germinadas, não apresentando cortes, fissuras, colorações e manchas verdes, cinzentas, azuis, negras ou de ferrugem. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo.	KG	100	120	00	00	00	00	80	100	50	60	00	00	720	864	500	650	320	340	1.770	2.134
56	CHEIRO VERDE - Consiste em uma mistura de cebola de palha, chicória, couve ecoentro em perfeito estado de consumo.	MAÇO	0	0	00	00	30	35	80	100	100	120	00	00	1.200	1.440	400	520	320	340	2.130	2.555
57	MACAXEIRA - Limpa adequadamente sem umidade exterior, firmes, não germinadas, não apresentando cortes, fissuras, colorações e manchas verdes, cinzentas, azuis, negras ou de ferrugem. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo.	KG	400	500	00	00	10	12	50	55	100	120	00	00	720	864	600	780	600	620	2.400	2.951

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

58	PEPINO - de produto de 1ª qualidade, casca livre de fungos, sem perfurações, tamanho médio.	KG	100	120	00	00	00	00	10	11	100	120	00	00	720	864	300	390	160	180	1.390	1.685
59	TOMATE - seco adequadamente sem umidade exterior, firmes, não germinadas, não apresentando cortes, fissuras, colorações e manchas verdes, cinzentas, azuis, negras ou de ferrugem. Exclui-se o recebimento de produtos atacados por podridão ou quaisquer alterações que os tornem impróprios para o consumo.	KG	100	120	00	00	10	12	80	100	100	120	00	00	720	864	200	260	160	180	.1.370	1.656
60	PÃO MASSA FINA - pesando aproximadamente 50g por unidade; validade mínima 06 dias a contar da data de entrega; produto sujeito à verificação no ato da entrega. Embalagem: saco plástico transparente, resistente e atóxico, hermeticamente vedado, de forma que o produto seja entregue íntegro contendo 30 (trinta) unidades por embalagem com o rótulo contendo a identificação da empresa e telefone, nome do produto, peso e prazo de validade.	UND	2.000	2.200	00	00	1.000	1.050	4.800	5.000	300	360	100	150	3.600	4.320	10.000	13.000	1.600	1.800	23.400	27.880
61	PÃO DE FORMA - apresentando a superfície	PCT	200	220	00	00	60	65	00	00	150	180	00	00	360	432	2.500	3.250	1.600	1.800	4.870	5.947

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente. Peça fatiada. Embalagem de saco polietileno atóxico, com peso a partir de 400 gramas, contendo data de fabricação, validade e dados do fornecedor.																					
62	PÃO TIPO FRANCÊS. Com adição de sal composto de farinha de trigo especial, água, sal, e fermento químico. Deverão ser acondicionadas em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente de forma que o produto seja entregue íntegro.	UND	2.000	2.200	00	00	600	625	1.800	2.000	190	228	00	00	2.400	2.880	7.000	9.100	1.600	1.800	17.300	20.888
63	PANETONE - Panetones com frutas cristalizadas e uvas passas composto de: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, frutas cristalizadas, uvas-passas, fermento natural, açúcar cristal, gema, gordura vegetal, manteiga, açúcar invertido, leite em pó integral, extrato de malte, sal, fibra alimentar, emulsificantes mono e diglicerídeos de ácidos graxos, aroma artificial de frutas, conservantes ácido sórbico e propionato de cálcio, antioxidante ácido ascórbico e acidulante ácido	CX	40	60	00	00	04	06	2.800	3.000	180	216	02	04	1.200	1.440	75	95	1.200	1.400	5.501	6.221

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	cítrico, livre de gorduras trans. Validade mínima de 04 meses na data da entrega, embalados em caixas personalizadas, embalagem primária plástica, hermeticamente fechada e atóxica. Deve obedecer ao Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados. Tabela Nutricional. Quando qualquer Informação Nutricional Complementar for utilizada, deve atender ao Regulamento Técnico específico. Deve obedecer à legislação específica de rotulagem para alimentos industrializados que contêm glúten. Com peso líquido de no mínimo 400 gramas. Em uma caixa de 400g fácil de abrir, ele vai adoçar e alegrar o paladar da família toda. Cx contendo 18 unidades de 400g.																					
64	BISTECA DE CARNE BOVINA - resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. Tipo de corte: característico da peça, conforme o padrão descrito na Portaria n' 5 de	KG	100	120	00	00	00	00	00	00	200	240	00	00	00	00	650	840	2.800	3.000	3.750	4.200

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	8/11/88 e publicada no D.O.U.de 18/11/88, Seção I. O percentual aceitável de sebo/gordura é de 10 (dez) %. Embalada em saco plástico transparente atóxico, limpo, não violado																					
65	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA E SOBRECOXA - Sem tempero lou qualquer outro produto que altere suas características in natura), congelado (18° a -8C) com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, textura firme, não amolecido e nem pegajosa, cor própria, sem limosidade e viscosidade, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos larvas. A embalagem deverá conter lkg.apresentando data de fabricação e validade devidamente preenchidas e rotulagem de acordo com a legislação vigente. O produto deverá apresentar validade minima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	100	120	00	00	00	00	00	00	200	240	00	00	00	00	650	840	2.800	3.000	3.750	4.200
66	COMPLEMENTO ALIMENTAR — Suplemento nutricional para	CX	00	00	00	00	00	00	00	00	10	12	00	00	00	00	25	30	00	00	35	42

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

criangas, rico vitaminas e minerais. Ingredientes: Leite desnatado, Maltodextrina, Frutooligossacarídeos, Inulina, Minerais: Magnésio (Carbonato de magnésio), Cálcio (Carbonato ""de cálcio), Ferro (Pirofosfato férrico), Zinco (Sulfato de zinco), Manganês (Sulfato de manganês) e Cobre (Sulfato de cobre), Vitaminas: Vitamina C (L-ascorbato de sódio), Inositol (Mio. inositol), Niacina (Nicotinamida), Vitamina E (Acetato de DL-a-tocoferila), Ácido pantotênico (D-pantotenato de cálcio), Vitamina B1 (Tiamina mononitrato), Vitamina B6 (Cloridrato de piridoxina), Vitamina A (Acetato de retinila), Vitamina B2 (Riboflavina), Ácido fólico (Ácido N-pteróil-L-Vitamina (D-biotina), Biotina (Filoquinona), K Vitamina glutâmico) D (Colecalciferol), Vitamina B12 (Cianocobalamina), Emulsificante lecitina de soja, Aromatizante. Contém lactose e glúten e pode ser consumido por via oral ou por sondas. A embalagem deverá conter externamente os dados																			
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

de identificação e procedência, informação nutricional, modo de preparo, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Similar a marca nestle, nos sabores baunilha, chocolate e morango.																						
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.1 JUSTIFICATIVA

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - 4.1.2- O Município de Tarauacá, Estado do Acre, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, visa a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios. Esta necessidade decorre das demandas operacionais de diversas secretarias e órgãos municipais, em especial da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, que, ao realizar eventos esportivos e outras atividades comunitárias, requer um fornecimento contínuo e adequado de alimentos para garantir a boa execução dessas ações.

Os eventos promovidos pela Secretaria de Esportes e Lazer, como torneios e competições nas zonas urbana e rural do município, incluindo as áreas do Rio Tarauacá, Rio Murú e BR, são fundamentais para o incentivo à prática esportiva e ao lazer. Durante a realização desses eventos, é imprescindível garantir que todos os envolvidos, como atletas, colaboradores e participantes, tenham acesso a alimentos e bebidas de qualidade. Este fornecimento não apenas assegura o bem-estar físico, mas também contribui diretamente para o bom desempenho das atividades, permitindo que os trabalhadores e participantes mantenham seus níveis de energia e foco ao longo das jornadas.

Além de seu papel essencial nos eventos esportivos, o fornecimento de gêneros alimentícios (Café e Açúcar), também se revela crucial para o dia a dia das diversas unidades organizacionais da Prefeitura de Tarauacá. Diversos setores administrativos, como o INSS, Tributos, Junta Militar, Controladoria, Setor de Comunicação, Gabinete do Prefeito, Secretaria de Planejamento, Gabinete da Vice-Prefeita, Setor Financeiro, CPL, entre outros, necessitam de alimentos para garantir a continuidade dos serviços prestados à população.

A importância da alimentação não se limita apenas ao bem-estar físico, mas também ao incentivo à qualidade de vida e à saúde dos servidores e colaboradores. Garantir acesso a uma alimentação adequada durante eventos ou no contexto diário de trabalho significa zelar pela saúde e segurança alimentar de cada um, refletindo em uma gestão pública mais eficiente e atenta às necessidades dos seus trabalhadores.

A reposição regular de gêneros alimentícios é, portanto, uma medida estratégica não apenas para a continuidade dos serviços prestados, mas também para garantir que as atividades operacionais,

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

tanto da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer quanto das diversas secretarias e órgãos municipais, se desenvolvam de maneira adequada e sem interrupções. A contratação de uma empresa especializada para o fornecimento desses produtos permitirá um melhor planejamento e organização, assegurando que os recursos necessários estejam sempre disponíveis e adequados às demandas da administração pública.

Portanto, a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios é fundamental para o bom andamento das ações da Prefeitura Municipal de Tarauacá, sendo um investimento direto na qualidade dos serviços prestados, na saúde e no bem-estar dos servidores e na realização bem-sucedida de eventos e atividades essenciais ao município.

Diante disto, segue tabelado o quantitativo de materiais necessários e até mesmo de forma preventiva, para evitar interrupção nos serviços executados.

4.1.3- Secretaria Municipal de Saúde – O MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, através da Secretaria Municipal de Saúde.

A contratação deste objeto se faz necessário para manter as diversas necessidades desta secretaria em face dos pacientes que são atendidos nas unidades básicas de saúde unidades, Maria Vieira, USF Dezinho, UBS José Leôncio, UBS Porto Marques, UBS Padre Humbert, UBS Francisca da Costa Cabral, UBS Maria da Luz, UBS 24 de Abril, UBS Maria Espanhol, UBS Maria Luiza Fernandes, pelo Município de Tarauacá/AC. A eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de gêneros alimentícios.

Reitero que é de suma importância a disponibilização de produtos de gênero alimentícios para suprir as eventuais necessidades durante as ações de saúde executadas no alto e baixo rio Tarauacá e rio Murú e na BR - 364 sentido Tarauacá - Feijó e sentido Tarauacá - Cruzeiro do Sul.

4.1.4- Secretaria Municipal de Educação – À Secretaria Municipal de Educação, em por meio desta apresentar a justificativa para a solicitação de gêneros alimentícios a serem utilizados nas comemorações de eventos tradicionais nas escolas municipais, como o Dia das mães e o Dia das Crianças. Estes eventos são momentos especiais de celebração e integração, e a alimentação é uma das principais formas de proporcionar um ambiente acolhedor e festivo, fundamental para o sucesso dessas ações.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

O Dia das Mães e o Dia das Crianças são datas significativas no calendário escolar, que permitem às escolas promoverem uma série de atividades que envolvem a participação ativa das famílias, especialmente das mães, o reconhecimento das crianças, proporcionando um clima de valorização e respeito às figuras centrais da vida dos alunos. Durante essas celebrações, é importante garantir que todos os participantes, sejam alunos, professores, funcionários ou familiares, tenham acesso a uma alimentação adequada, saborosa e, preferencialmente, nutritiva, que contribuirá para a qualidade do evento e para a satisfação geral.

Além de ser um momento de celebração, os eventos têm o objetivo de fortalecer os laços entre a escola e a comunidade, estreitar a relação entre educadores e alunos, além de oferecer um espaço de confraternização e entretenimento, o que promove o desenvolvimento social e emocional das crianças. A alimentação, portanto, assume um papel fundamental, pois ela não só complementa a festividade, mas também se torna uma forma de expressar o cuidado e a dedicação da escola com seus alunos e suas famílias.

É importante ressaltar que, em muitas escolas, a participação nos eventos pode ser o único momento em que as famílias se sentem totalmente integradas ao cotidiano escolar, a oferta de alimentos durante essas comemorações colabora para garantir a inclusão e o bem-estar de todos os envolvidos, independentemente de sua situação socioeconômica.

Portanto, solicitamos a liberação de recursos para aquisição de gêneros alimentícios que viabilizem a realização dessas atividades, como salgados, doces, sucos, bolos, entre outros itens que farão parte das celebrações. Com isso, conseguimos garantir um evento com a qualidade necessária e impacto positivo na comunidade escolar.

Certos de que a Secretaria Municipal de Educação compreenderá a relevância desses momentos para a formação e a vivência dos nossos alunos e suas famílias, agradecemos antecipadamente pela atenção e aguardamos um retorno favorável.

4.1.5- Secretaria Municipal de Promoção Social - Contratação destes objetos se faz necessária para atender a demandas da Secretária Municipal Promoção Social - SEMPS e das unidades do CRAS, CREAS, Abrigo Municipal Renascer, Programa Auxílio Brasil, Lar Novo Hamburgo, possíveis demandas de calamidade pública ocasionada pela enchente dos Rios que banham o



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Município, que ocorre anualmente e ações itinerantes promovidas pela Secretaria Municipal de Promoção Social.

O CRAS (Centro de Referência de Assistência social) constitui um dos principais equipamentos no acesso aos direitos socioassistenciais. Promove o acolhimento, a convivência e a socialização de famílias e indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social. Entre os serviços estão atividades em grupos, atendimentos individualizados, oferta de serviços ações coletivas e na zona urbana e rural garantidos pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e Serviço de Convivência Fortalecimento de Vínculos - SCFV. Podem ser referenciadas aproximadamente 90 famílias ao CRAS e 199 (cento e noventa e nove) crianças, adolescentes de 03 a 17 anos e 25 idosos acompanhados pelo SCFV. Estes serviços devem acontecer de maneira continuada visando garantir atendimento das pessoas e encaminhamentos para acesso aos seus direitos socioassistenciais que garante a política de assistência social. Os objetos relacionados neste termo são indispensáveis à execução dos serviços desta unidade. Por esse motivo é essencial o fornecimento de alimentação adequada para essas 199 crianças adolescentes que frequenta as oficinas de música, artesanato, capoeira e futebol ambas oferecidas pelo CRAS diariamente, assegurando assim os alunos estejam nutridos e com energia para participar plenamente das atividades para que possam aproveitar ao máximo as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento oferecidas. Muitos alunos que frequentam o Centro enfrentam dificuldades econômicas que afetam a disponibilidade de alimentos em casa. Ao fornecer refeições ou lanches, CRAS ajuda a garantir que os alunos estejam mais propensos a frequentar regularmente as oficinas, pois a alimentação não será um obstáculo. Em muitos casos, as famílias atendidas pelo CRAS podem estar em situação de insegurança alimentar ou até mesmo desnutrição. Além do mais a merenda ou alimentação uma forma de incentivar a participação das famílias em atividades comunitárias e educacionais promovidas pela instituição, ajudando a quebrar o ciclo de exclusão social. Em resumo, o fornecimento de gêneros alimentícios para o CRAS é uma medida fundamental para atender às necessidades básicas das famílias em situação de vulnerabilidade, promover o desenvolvimento humano, reduzir a exclusão social garantir que todos tenham acesso a uma alimentação adequada.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CREAS: O Centro de Referência Especializado de Assistência Social é uma unidade pública que têm por objetivo a oferta de serviços de **Proteção Social Especial de Média Complexidade, tais como** Serviço de Proteção Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos PAEFI, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida de Prestação de Serviços à Comunidade, Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência Idosas suas Famílias. Isso se materializa por meio do atendimento acompanhamento especializado de famílias e indivíduos cujos direitos foram violados ou ameaçados. Com o médio porte do Município de Tarauacá capacidades de atendimentos de 50 (cinquenta) pessoas mensalmente. Tendo em vista, que para funcionamento dos serviços supracitados tenham a necessidade dos objetos contidos neste termo de referência.

ABRIGO MUNICIPAL RENASCER: unidade que executa os serviços especializados que oferecem acolhimento e proteção a indivíduos e famílias afastados temporariamente do seu núcleo familiar e/ou comunitários e se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. Atualmente o mesmo acolhe 20 crianças (com projeção de aumento no decorrer do ano) deste número, 03 crianças (01 de 03 meses, 01 de 09 meses e 01 de 10 meses), 09 crianças (04 anos a 12 anos), 06 adolescentes (13 anos a 17 anos, vale ressaltar que também tem 1 adolescente especial sob a cautela do município com acompanhamento especial de uma nutricionista particular) e 01 jovem (de 23 anos), sendo servido café da manhã, almoço, lanche da tarde as 15h ou 15h30, e jantar. A Unidade de acolhimento conta com 17 servidores, sendo 08 cuidadoras especiais plantonistas de 24 horas alternando de 12h às 12h. Além disso, semanalmente a unidade recebe a visita de familiares dos acolhidos, esses familiares também são incluídos nas refeições do dia. Ratificando a importância da alimentação principalmente para esta unidade, por desenvolver papel crucial para crianças e adolescentes por terem os direitos violados, identificados e encaminhados pelo ministério público.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O Programa Bolsa Família é um programa federal de transferência direta e indireta de renda que integra benefícios de assistência social, saúde, educação e emprego, destinado às famílias em situação de em pobreza e de extrema pobreza.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Além disso, o Programa oferece ferramentas para a emancipação socioeconômica da família situação de vulnerabilidade social. O objetivo das condicionalidades do Programa é garantir a oferta das ações básicas, e potencializar a melhoria da qualidade de vida das famílias e contribuir para a sua inclusão social. Os objetos deste termo terão a finalidade de oferecer um atendimento cortês, com café, bolacha, assim também como ações na zona rural geridas pelo mesmo.

LAR NOVO HAMBURGO: garante serviços de proteção integral (serviços de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos) para indivíduos e famílias que se encontram sem referência, ou em situação de ameaça, retirada de seu núcleo familiar e/ou comunitário até que seja possível seu retorno a esses núcleos. Além disso, oferece atendimento a pessoas que se encontram com os vínculos familiares rompidos ou fragilizados, em situação de abandono e ameaça ou violação de direitos, e que necessitam de acolhimento fora de seu núcleo familiar. O mesmo abriga 16 idosos atualmente, ofertando café da manhã, almoço, chá da tarde e jantar.

AÇÕES ITINERANTE: No que tange a necessidade de fornecimento do objeto deste termo de referência para atender as ações itinerantes através da secretaria municipal de promoção social de Tarauacá com os programas sociais ofertados: centro de referência de assistência social CRAS, centro de referência especializado - CREAS, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, programa bolsa família e conselho tutelar. Com finalidade de facilitar o acesso aos serviços essenciais da rede intersetorial as comunidades de difícil acesso do município. as quais ocorre durante todo o ano que visa o atendimento da população rural da BR 364 sentido Feijó, BR 364 sentido Cruzeiro do Sul, e ribeirinha dos rios Alta Tarauacá, Baixo Tarauacá, Rio Murú, Rio Acuraua, Baixo Gregório, Alto Gregório, Tauari e rio Liberdade. O itinerário da população ribeirinha é realizado de acordo com o nível de água e da população rural de acordo com a estiagem. As viagens para os rios Tarauacá e Murú são programadas em média de 15 dias, e as demais geralmente é em média de 04 dias (saída na quinta-feira, atendimentos na sexta-feira e sábado, retornando aos domingos). Os atendimentos da população ribeirinha são realizados em pontos estratégicos, durante 15 dias, pois não é possível parar em todas as comunidades, dessa forma, surge problemática com os usuários, como não há estimativa de tempo em cada atendimento, pois é ofertado atendimento particularizado com assistentes social do CRAS, atendimento particularizado com psicólogo do CREAS, concessão de benefício eventual - cesta

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

básica, cortes de cabelo, atendimento ao Público do Programa Bolsa Família outros. Sucede que, o usuário reside em uma comunidade mais distante do ponto de atendimento e por necessitar usufruir dos atendimentos disponíveis, não se sabe exatamente a hora do retorno para sua residência fazendo com que passe a manhã e parte da tarde sem ter realizado nenhuma refeição, onde pode agravar os problemas de saúde, vale ressaltar que, há famílias que não possui barco para locomoção e precisa se deslocar a pé em busca dos atendimentos socio assistenciais à vista disso, justifica-se a necessidade de alimentação para o público que é atendido. Para melhor justificar, foi retirado da base de dados do sistema SUAS o quantitativo estimado que abranja a população dos rios Murú e Tarauacá. Rio Murú: 1,789 pessoas; rio Tarauacá: 1.075. Além dessas comunidades podemos citar também atendimentos nos rios Acuraua, Gregório, rio Liberdade, baixo rio Tarauacá, BR 364 sentido Tarauacá/Feijó e BR364 sentido cruzeiro do sul. Consequentemente justifica-se a quantidade média de 6.000 pessoas da zona rural e ribeirinha que procuram atendimento sócio assistenciais nas ações itinerante.

ALAGALOES: Acerca da quantidade de registro justifica-se as enchentes do rio Tarauacá e Murú que pode ocorrer entre os meses de novembro a março relata-se uma análise abrangente dos impactos humanitários e socioeconômicos decorrentes desse tipo de calamidade. A magnitude da inundação resulta em deslocamento forçado de famílias de suas casas para abrigo oferecido pela administração pública e nos abrigos e oferecido café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar, além de famílias que não deixam Suas casas, mas ficam impossibilitadas de sair. Diante do contexto, a provisão de gêneros alimentícios se configura como uma necessidade previa, visando garantir alimentação adequada das famílias desabrigadas e prevenir carências nutricionais. Tais medidas não apenas responde a urgência imediata, mas também contribui para a restauração da estabilidade emocional e física dos afetados, promovendo assim, um ambiente propicio a assistência. Além disso, o fornecimento de material de limpeza é essencial diante das condições insalubres resultantes das enchentes. A preservação da saúde pública requer ações de higienização para prevenir a propagação de doenças transmitidas pela água contaminada, garantido ambiente seguro para retomada a suas casas. A oferta de desses recursos não responde apenas a demanda imediatas, mas também atua como medida preventiva essencial para mitigar o risco de epidemia secundária. Assim, considerando a dimensão dos desafios enfrentados pelas

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

famílias afetadas a necessidade de uma resposta coordenada e abrangente, fornecimento do objeto deste termo de referência emerge como ação humanitária a responsabilidade social, visa a restaurar a normalidade e promover a resiliência diante da diversidade imposta Pelas enchentes do rio Tarauacá que afeta a cidade de Tarauacá.

4.1.6- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos – JUSTIFICA devido a necessidade e por ser de fundamental importância, para atender os serviços de reabertura de ramais, sentido Tarauacá Feijó e sentido Tarauacá/Cruzeiro do Sul, no período do verão amazônico, onde as equipes necessitam levar alimentos para serem feitas no local, onde não é possível levarmos refeições prontas, devido a distância que se encontram essas equipes, onde o quantitativo foi baseado conforme os números de ramais que compreende aproximadamente 30 (trinta) ramais, e aproximadamente 500 km (quilômetros) para serem feitas manutenções nesse período.

Justifica ainda a necessidade de realizar aquisição de café e açúcar para atender os visitantes, e funcionários desta secretaria, contribuindo para o bom andamento das atividades. O quantitativo foi baseado de acordo com as equipes de trabalhos, administrativa, de limpeza pública, pavimentação e recuperação de vias públicas, serviços de reabertura de ramais, e manutenção de trapiches e setor de iluminação pública municipal.

4.1.7- Secretaria Municipal de Agricultura - Em resposta a necessidade de justificativa da Secretaria Municipal de Agricultura de Tarauaca em seu interesse em participar de processo licitatório referente à aquisição de gêneros alimentícios, conforme solicitado em ofício enviado per esta Prefeitura.

Tal solicitação se justifica pela necessidade constante de suprimentos alimentares para as equipes técnicas da secretaria que realizam viagens de campo as comunidades rurais do município, Essas atividades, essenciais para o acompanhamento técnico, implementação de políticas públicas e execução de programas voltados ao fortalecimento da agricultura familiar, muitas vezes demandam permanência por vários dias em locais de difícil acesso, sem infraestrutura de apoio e sem comunicação.

Dessa forma, a aquisição de gêneros alimentícios se mostra imprescindível para garantir o suporte logístico das ações em campo, assegurando condições mínimas de alimentação e permanência das equipes nas comunidades atendidas. Ressaltamos ainda que a manutenção

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

dessas atividades é fundamental para o cumprimento das metas institucionais da Secretaria e para a promoção do desenvolvimento rural sustentável no município de Tarauacá.

4.1.8- Secretaria Municipal de Meio Ambiente- Considerando a necessidade de aquisição de gêneros alimentícios para atender às demandas da Secretaria de Floresta e Meio Ambiente, vimos por meio deste justificar a importância dessa aquisição para o cumprimento das atividades institucionais.

A presente solicitação tem como objetivo garantir o abastecimento regular de alimentos, visando atender a alimentação de servidores, entre outros. A disponibilidade desses itens é necessária para nossa secretaria visando ter um bom ambiente de trabalho.

Dessa forma, reforçamos a necessidade e a relevância da aquisição dos gêneros alimentícios, garantindo o pleno atendimento. A aquisição planejada contribuirá significativamente para a continuidade dos serviços prestados à população, assegurando qualidade e eficiência no atendimento.

Portanto, solicitamos a devida análise e providências para viabilizar essa aquisição, a fim de garantir que as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Floresta e Meio Ambiente sejam executadas de maneira eficaz e sem interrupções. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

4.1.9- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Os eventos culturais, turísticos e de inovação frequentemente envolvem a recepção de convidados, realização de oficinas, seminários, feiras gastronômicas, exposições e outras atividades que exigem a disponibilização de alimentos de qualidade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes. Dessa forma, é imprescindível contar com um fornecedor que assegure a regularidade no abastecimento, bem como a qualidade e a segurança dos produtos fornecidos. Além disso, a contratação de uma empresa especializada possibilita uma melhor gestão dos recursos públicos, otimizando custos e garantindo a transparência nos processos de aquisição. A centralização do fornecimento por meio de um contrato formal também permite um melhor planejamento e controle, reduzindo riscos relacionados à falta de insumos durante a realização dos eventos.

Outro fator relevante é a necessidade de um fornecimento diversificado, que atenda a diferentes perfis de público e restrições alimentares, como opções para vegetarianos, veganos e pessoas

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

com restrições alimentares específicas. Isso contribui para a inclusão e acessibilidade dos eventos, fortalecendo o compromisso da Secretaria com a diversidade e a valorização da cultura local. Ao garantir uma parceria com uma empresa especializada, é possível estabelecer critérios rigorosos de qualidade e sustentabilidade na seleção dos produtos alimentícios. A escolha de fornecedores comprometidos com boas práticas ambientais, como a redução do desperdício e a utilização de embalagens recicláveis, contribui para o desenvolvimento sustentável das ações promovidas pela Secretaria.

Outro aspecto a ser considerado é a importância da logística na entrega dos produtos. A pontualidade e a confiabilidade na distribuição dos gêneros alimentícios são essenciais para garantir que os eventos ocorram sem intercorrências, assegurando que os alimentos estejam disponíveis no momento adequado e em condições ideais de consumo.

Diante do exposto, a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios se justifica como uma medida essencial para garantir a excelência na execução das atividades da Secretaria de Cultura, Turismo e Inovação, promovendo eventos de qualidade, com segurança alimentar, sustentabilidade e eficiência na gestão de recursos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 – Para a devida aquisição, a empresa deve possuir mão de obra capacitada e qualificada, em quantidade adequada, para assegurar a execução eficiente e o controle de qualidade dos produtos adquiridos, garantindo o cumprimento das exigências estabelecidas.

5.2 - Os itens deverão ter as seguintes especificações:

5.2.1 - Produtos industrializados: A composição nutricional do produto deve incluir o valor nutricional por porção e o percentual mínimo de cada nutriente, além de destacar a presença ou ausência de nutrientes, ingredientes ou aditivos, conforme a legislação vigente. Para produtos reconstituídos ou diluídos, é necessário informar o percentual mínimo do nutriente principal e a solubilidade ou emulsionante utilizado. Também devem ser descritos aspectos organolépticos, como defeitos de fabricação, e garantir a ausência de sujidades, como materiais terrosos ou parasitas. Além disso, devem ser especificados os limites permitidos de umidade, acidez e

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

fermentação, e o tipo de processo tecnológico utilizado na produção, com eventuais restrições ou especificações.

5.2.2 - Embalagem: o produto deve conter as seguintes informações: tipo de embalagem, data de fabricação, validade e lote, além do registro no órgão de inspeção sanitária. Também é importante garantir que as condições de integridade da embalagem sejam preservadas. A embalagem deve informar a unidade de medida (grama, quilo, litros, etc.) e indicar a gramatura ou volume disponível no mercado, ou aquele necessário para o pleno funcionamento do serviço. Além disso, deve ser especificada a permeabilidade da embalagem e, se necessário, a exigência de dupla embalagem. Caso haja, também deve ser indicado o tipo de vedação utilizado.

5.2.3 - Alimentos: As características desejáveis dos alimentos devem considerar aspectos como tamanho, textura, cor, aroma e aparência. Para alimentos que requerem cozimento prévio, deve-se informar o rendimento, tempo de cocção e características inaceitáveis após o preparo. No caso de grãos, devem ser especificados tipo, integridade, tamanho, grau de maturidade, teor de umidade e a ausência de sujidades, larvas e parasitas. Para laticínios, é necessário identificar o órgão de inspeção sanitária e fornecer o laudo de análise microbiológica. Já para carnes, devem ser observadas características como cor, aroma, sabor, textura, temperatura de conservação e transporte, além do registro de inspeção sanitária e a garantia de ausência de sujidades, parasitas e larvas.

5.3 - A demanda será acompanhada pela equipe técnica responsável devidamente capacitada para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, incluindo o aceite da proposta, recebimento do item e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade da compra.

5.4 - No curso da execução do fornecimento, caberá ao CONTRATANTE, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa dos produtos entregues, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

5.5 - A fiscalização mencionada neste item não exime nem reduz a responsabilidade do fornecedor de gêneros alimentícios por qualquer irregularidade, como imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou o uso de ingredientes inadequados ou de qualidade inferior. Caso esses problemas ocorram, a Administração e seus agentes não serão considerados corresponsáveis.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

5.6 - O fornecimento do objeto será parcelado conforme as necessidades de cada Secretaria.

5.7 - De acordo com a Lei 14.133/2021, os requisitos da contratação de aquisição e fornecimento de bens de consumo são os seguintes:

5.7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. Isso significa que a empresa contratada deve ser responsável pela execução integral do objeto do contrato, desde a aquisição dos bens até a entrega ao órgão contratante.

5.7.2 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. No entanto, o contratado poderá ser responsabilizado por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

5.7.3 Além desses requisitos específicos, a contratação de aquisição e fornecimento de bens de consumo também deve observar os requisitos gerais da contratação previstos na Lei 14.133/2021, tais como:

- a) A contratação deve ser precedida de planejamento, que deverá considerar as necessidades da Administração, as alternativas disponíveis e o mercado.
- b) O edital da licitação deverá ser claro, objetivo e impessoal, e deverá conter todas as informações necessárias para o esclarecimento dos licitantes.
- c) O processo licitatório deverá ser conduzido de forma transparente e imparcial, assegurando a igualdade de condições entre os licitantes.

5.8 - Em caso de fornecimento de produtos, não será admitida a subcontratação do objeto licitatório para o fornecimento dos mesmos.

5.9 - Se houver problemas no fornecimento e o produto for rejeitado, a Contratada deverá corrigir imediatamente as irregularidades, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato.

5.10 - Se a empresa identificar a impossibilidade de cumprir o prazo de entrega estabelecido, deverá comunicar imediatamente à Secretaria, solicitando a prorrogação do prazo, indicando o motivo justificado e comprovado para o atraso, além de informar o novo prazo previsto para a entrega.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

5.11 - A solicitação de prorrogação de prazo será avaliada pela Secretaria conforme a legislação vigente, observando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo a empresa devidamente informada sobre a decisão tomada.

5.12 - Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

5.13 - Somente serão aceitos produtos especificados neste ETP, sendo recusados qualquer produto com especificação diferente. E caso o produto solicitado não atenda a especificação solicitada, será recusado sem nenhuma oneração para esta Secretaria bem como para a Prefeitura Municipal de Tarauacá – AC.

5.14 - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.15 - Caso haja algum produto recebido, conferido e aceite e posteriormente seja constatado no lote solicitado e entregue em divergência do quanto ora solicitado, também será recusado sem nenhum ônus para a Prefeitura Municipal de Tarauacá – AC, notificando a empresa para substituição imediata em até 48 (quarenta e oito) horas das quantidades constatadas.

5.16 - Em caso de ocorrências dos itens 5.12 e 5.14 deste Estudo Técnico Preliminar, serão solicitadas reposições imediatas do Produto também sem nenhum ônus para a Prefeitura Municipal de Tarauacá – AC, incluindo despesas de deslocamento para entrega do produto no local indicado por esta Secretaria em até 48 (quarenta e oito) horas das quantidades constata.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 – Foi conduzido um levantamento de mercado com o intuito de identificar a melhor solução para o problema em questão, sendo analisados processos de contratação similares realizados por

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

este e outros órgãos na região. O estudo incluiu a consulta a editais anteriores, visando identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que possam atender de maneira mais eficaz às necessidades da Administração.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 - A solução especificada para a aquisição dos gêneros alimentícios será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços.

7.2 - A escolha pela modalidade de Sistema de Registro de Preços visa proporcionar uma gestão mais eficiente, tanto do ponto de vista financeiro quanto administrativo e orçamentário, permitindo maior flexibilidade e controle na aquisição dos gêneros alimentícios.

7.3 - Este modelo de contratação contribui para um processo mais ágil, reduzindo desperdícios de tempo e informações, o que facilita a gestão contratual e o gerenciamento de riscos. Além disso, permite a diminuição dos procedimentos administrativos, resultando na redução de custos financeiros e favorecendo a adoção de critérios de economicidade e sustentabilidade, atendendo de forma mais eficaz às necessidades da Administração na aquisição de gêneros alimentícios.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

8.1 - Justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei 14.133/2021.

8.2 - A realização de licitação por itens ou lotes encontra previsão no art. 40, § 2º da Lei nº 14.133/2021, desde que (i) o objeto seja divisível econômica e tecnicamente; (ii) não reste comprometida a integridade do objeto da contratação e (iii) a divisão não culmine na elevação desproporcional dos preços, tudo de forma a garantir ampla e maior competitividade entre os licitantes interessados na licitação.

8.3 - A empresa Contratada deverá efetuar a entrega em prazo de até **15 (quinze)** dias de forma parcelada, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou do Contrato.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 - Os resultados esperados com a presente contratação são: em termos de eficácia, garantir o atendimento pleno das demandas de gêneros alimentícios, assegurando o suporte necessário às atividades da Administração Pública; quanto à eficiência, assegurar a continuidade do fornecimento de alimentos, com o uso racional dos recursos financeiros e uma gestão orçamentária eficiente. A aquisição de alimentos visa, ainda, atender ao princípio da economicidade, buscando a melhor relação custo-benefício possível, garantindo o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos, e promovendo a execução das atividades de forma rápida, econômica e sustentável.

9.2 - O objetivo é garantir o abastecimento contínuo de alimentos para os serviços socioassistenciais, evitando a interrupção no atendimento às famílias carentes. Isso contribui para a eficiência e eficácia na execução dos serviços, minimizando impactos negativos nas ações de apoio e acompanhamento.

9.3 - A contratação visa adquirir alimentos de qualidade adequada, essenciais para o fornecimento de refeições balanceadas nutricionalmente, e promover o atendimento digno às famílias atendidas pelos serviços socioassistenciais. A escolha de fornecedores qualificados e a garantia de padrões de qualidade são essenciais para reduzir desperdícios e assegurar a adequada utilização dos recursos públicos.

9.4 - A contratação busca, também, garantir que os gêneros alimentícios sejam entregues conforme as necessidades da Administração, sem comprometer a execução de outras atividades essenciais. Isso implica em um fornecimento contínuo, sem descontinuidade, promovendo o atendimento eficiente às demandas imediatas.

9.4.1. a) Melhoria da Eficiência Administrativa

9.4.1.1. Agilidade no Abastecimento: A disponibilidade contínua e pontual de alimentos permitirá que os serviços socioassistenciais mantenham suas atividades de forma ágil, evitando atrasos na distribuição e no fornecimento.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.4.1.2. Redução de Custos Operacionais: A centralização na compra de alimentos possibilitará uma negociação mais vantajosa com fornecedores, resultando em economia de recursos públicos e otimização do orçamento destinado a esses fins.

9.4.2. b) Atendimento às Necessidades Alimentares

9.4.2.1. Qualidade Nutricional: A aquisição de alimentos balanceados e adequados garantirá que as famílias atendidas recebam o auxílio alimentar necessário de forma nutricionalmente equilibrada, atendendo às exigências de saúde pública e segurança alimentar.

9.4.3. c) Satisfação e Bem-Estar das Famílias Atendidas

9.4.3.1. Feedback Positivo: O fornecimento de alimentos de qualidade resultará em maior satisfação entre os beneficiários, garantindo o cumprimento do propósito social da contratação e promovendo um ambiente mais saudável e produtivo.

9.4.3.2. Engajamento da Comunidade: O impacto positivo do fornecimento de alimentos adequados fortalecerá a percepção de valor e importância dos serviços prestados pela Administração, incentivando o envolvimento das famílias nas ações sociais.

9.5 - A contratação dos gêneros alimentícios nas quantidades estimadas atenderá às demandas previstas para um período de 12 (doze) meses, além de suprir necessidades temporárias e de excepcional interesse público. Isso garantirá o cumprimento das exigências legais, incluindo as normas do Tribunal de Contas do Estado do Acre, Tribunal de Contas da União e demais órgãos de controle, assegurando a regularidade nos procedimentos administrativos, licitatórios e contratuais.

10 . PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

10.1 - Caberá ao gestor do contrato e seus fiscais o apreço correto da execução do contrato, bem como a observância às normas vigentes do presente processo.

10.2 - Fiscalização da Execução do Contrato:

10.2.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por responsáveis designados, conforme o estabelecido no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo o cumprimento das normas vigentes e a boa execução do objeto contratual.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

10.2.2 - A fiscalização será realizada por servidor designado para dirimir eventuais dúvidas surgidas no decorrer da execução do contrato, com a devida comunicação à Administração Pública sobre as ocorrências e providências adotadas.

10.2.3 - A fiscalização não exime nem diminui a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por eventuais irregularidades, imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou o uso de materiais inadequados ou de qualidade inferior. A fiscalização não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, conforme o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.4 - O responsável pela fiscalização registrará todas as ocorrências relativas à execução do contrato, incluindo data, mês, ano e nome dos envolvidos, além de tomar as medidas necessárias para corrigir falhas ou defeitos, encaminhando as devidas providências à autoridade competente.

10.3 - Fiscalização Administrativa:

10.3.1 - A fiscalização administrativa verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, o acompanhamento do empenho, pagamento, garantias, glosas e termos aditivos, solicitando documentos comprobatórios quando necessário, conforme o art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246/2022.

10.3.2 - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o responsável pela fiscalização administrativa atuará de forma tempestiva para solucionar o problema, reportando ao gestor do contrato quando necessário, conforme o art. 23, IV, do Decreto nº 11.246/2022.

10.4 - Gestão do Contrato:

10.4.1 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, incluindo todos os registros formais da execução contratual, como ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, elaborando relatórios para verificar a necessidade de ajustes visando o atendimento da finalidade administrativa, conforme o art. 21, IV, do Decreto nº 11.246/2022.

10.4.2 - O gestor do contrato acompanhará os registros das ocorrências realizadas pelos fiscais, verificando as medidas adotadas e, quando necessário, reportando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem sua competência, conforme o art. 21, II, do Decreto nº 11.246/2022.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

10.4.3 - O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, registrando os problemas que possam impedir o fluxo normal de liquidação e pagamento, incluindo tais informações em um relatório de riscos eventuais, conforme o art. 21, III, do Decreto nº 11.246/2022.

10.4.4 - O gestor do contrato emitirá documentos comprobatórios da avaliação realizada pelos fiscais, atestando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada e seu desempenho na execução contratual, incluindo eventuais penalidades aplicadas, conforme o art. 21, VIII, do Decreto nº 11.246/2022.

10.4.5 - O gestor do contrato tomará as providências necessárias para formalizar um processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, conduzido pela comissão competente ou pelo setor responsável, conforme o art. 21, X, do Decreto nº 11.246/2022.

10.4.6 - O gestor do contrato elaborará um relatório final com informações sobre o alcance dos objetivos da contratação e possíveis melhorias nas atividades administrativas, conforme o art. 21, VI, do Decreto nº 11.246/2022.

10.4.7 - O gestor do contrato enviará a documentação pertinente ao setor de contratos para formalizar os procedimentos de liquidação e pagamento, conforme os valores dimensionados pela fiscalização e gestão, conforme as disposições contratuais.

11 . CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1 - Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12 . POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 - No que se refere aos impactos ambientais causados pelos gêneros alimentícios, embora não se identifiquem impactos ambientais significativos diretos no fornecimento e consumo desses produtos, é essencial adotar práticas responsáveis no que diz respeito ao processo de aquisição, armazenamento, transporte e descarte de resíduos alimentares.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

12.2 - A Secretaria solicitante deve garantir que os materiais adquiridos, especialmente alimentos, sejam manuseados de forma eficiente, visando o uso responsável e sustentável. Além disso, é fundamental que todos os resíduos gerados durante o processo de fornecimento, armazenamento e consumo de alimentos, como embalagens plásticas, papéis, e restos de alimentos, sejam devidamente segregados e encaminhados para a reciclagem ou compostagem, quando possível, a fim de reduzir a quantidade de resíduos enviados aos aterros sanitários.

12.3 - Em relação à minimização dos impactos ambientais, recomenda-se adotar práticas que incentivem a redução do desperdício de alimentos e a reciclagem de materiais utilizados nas embalagens, como plásticos, vidros e metais. Para tanto, a implementação de sistemas de compostagem ou a doação de excedentes alimentares para entidades carentes pode contribuir significativamente para a diminuição dos resíduos alimentares e promover uma gestão mais eficiente dos recursos.

12.4 - Além disso, priorizar a compra de alimentos que utilizem embalagens sustentáveis ou que sejam produzidos de maneira sustentável (com baixo impacto ambiental) deve ser uma prática adotada. Produtos alimentícios orgânicos, embalagens biodegradáveis, e a escolha de fornecedores comprometidos com práticas ambientalmente responsáveis são alternativas que podem ser incorporadas para reduzir o impacto ambiental do processo de aquisição e consumo de gêneros alimentícios.

13 . DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 - Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Tarauacá, 04 de maio de 2026.

Atenciosamente.

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, com sede no(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, na cidade de Tarauacá, AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representado(a) pelo(a) Médico Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 01 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de Estado edição nº 13.939 de 08 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202...., publicada no de/...../202....., processo administrativo nº 3.182/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, sob demanda, para Contratação de empresa especializada em fornecimento de gênero alimentícios, objetivando suprir a necessidade das diversas secretarias públicas municipais: Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbano, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Promoção Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Inovação, Secretaria Municipal de Esporte e Laser, através da Prefeitura de Tarauacá, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão Eletrônico SRP nº 90016/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

3.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

(Processo Administrativo nº /2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, com sede no(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, na cidade de Tarauacá, AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representado(a) pelo(a) Médico Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 01 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de Estado edição nº 13.939 de 08 de janeiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] OU [Concorrência] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada em fornecimento de gênero alimentícios, objetivando suprir a necessidade das diversas secretarias públicas municipais: Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbano, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Promoção Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Inovação, Secretaria Municipal de Esporte e Laser, através da Prefeitura de Tarauacá, especificado(s) no(sp) item(ns) do Termo de Referência, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será prorrogado, por meio de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxxx (xxxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de XXXXXXXX;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue

na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Tarauacá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Tarauacá-AC, XX de XXXXXXX de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-